



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS DE LINGUAGEM – MESTRADO

DOMINGOS JOAQUIM DA RESSURREIÇÃO NETO

**O MOMENTO HISTÓRICO PARA O ROMANCE NO BRASIL:
A CONTRIBUIÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA**

CUIABÁ-MT
2014

DOMINGOS JOAQUIM DA RESSURREIÇÃO NETO

**O MOMENTO HISTÓRICO PARA O ROMANCE NO BRASIL: A
CONTRIBUIÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso, para Exame de Defesa de Dissertação, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem.

Área de Concentração: Literatura e Realidade Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Franceli Aparecida da Silva Mello

**CUIABÁ-MT
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

N469m NETO, Domingos Joaquim Da Ressurreição.
O Momento Histórico Para O Romance No Brasil: A
Contribuição De Euclides Da Cunha / Domingos Joaquim Da
Ressurreição NETO. -- 2014
vi, 82 f. ; 30 cm.

Orientadora: Franceli Aparecida da Silva Mello.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato
Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em
Estudos de Linguagens, Cuiabá 2014.
Inclui bibliografia.

1. Romance no Brasil. 2. Euclides da Cunha. 3. Canudos. I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO-GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367, - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : (65) 3615-8408 - Email : secretariameel@hotmail.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "O libelo de Euclides da Cunha após Canudos"

AUTOR: Domingos Joaquim da Ressurreição Neto

Dissertação defendida e aprovada em 28 de novembro de 2014.

Presidente da Banca / Orientadora: Francieli Aparecida da Silva Mello
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinadora Interna: Doutora Sirlei Aparecida Silveira
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinadora Externa: Doutora Simone Cristina Mendonça
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Examinador Suplente: Doutora Fausto Calça Galvão Castro
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

CUIABÁ, 28 de novembro de 2014

RESUMO

O MOMENTO HISTÓRICO PARA O ROMANCE NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA

O romance *Os Sertões*, 1902, do engenheiro, militar, jornalista e escritor Euclides da Cunha trouxe à tona a situação vivida por nacionais excluídos que ocupavam parte do sertão baiano no início da república brasileira, 1893. Com base em estudos históricos, sociológicos e literários, este trabalho investiga a maneira como Euclides denuncia o descaso do Estado para com o sertanejo e a forma atroz como as forças regulares erradicaram os seguidores de Antônio Vicente Mendes Maciel. O autor formula seu libelo e proporciona concomitantemente, no momento da divulgação da obra, voz a um grupo de desempregados, trabalhadores mal remunerados e ex-escravos. O surgimento de Canudos está diretamente ligado a fatores políticos e econômicos pelo qual o país passava já na segunda metade do século XIX, período de acontecimentos cruciais para o surgimento de várias convulsões sociais ocorridas em todo Brasil. Euclides, após presenciar os últimos conflitos entre os conselheiristas, registra os ocorridos nos combates como ainda importantes observações sobre a região e o sertanejo, habitantes do local. Para elaboração de sua obra, seguiu uma tendência literária do momento, baseando-se em teorias científicas, nas duas primeiras partes da obra, produzindo sua escrita como autêntico cientista. Contudo, a representação da luta nas cenas finais toca sua emoção e faz com que ele mude seu ponto de vista passando de observador ao posto de narrador para formular sua denúncia. Euclides, baseado em teorias taeneanas e seguindo características do romance histórico, estrutura o texto, fazendo referências ao homem da terra, mantendo a literatura empenhada em causas sociais, preocupando-se com questões da língua portuguesa daquele momento.

Palavras-chave: Romance no Brasil. Euclides da Cunha. Canudos.

ABSTRACT

THE HISTORICAL MOMENT FOR ROMANCE IN BRAZIL: THE CONTRIBUTION OF EUCLIDES DA CUNHA.

The novel *Os Sertões* (1902) by the engineer, military, journalist and writer Euclides da Cunha brought about a plight of destitute nationals from the Bahia's backlands at the beginning of the Brazilian republic in 1893. Euclides denounces the indifference of the State towards the countryman and the ruthless manner in which regular forces eradicated the followers of Antonio Vicente Mendes Maciel. At the time of delivering his work the author concurrently devises his libel and provides a voice for the unemployed, low paid worker, and former slaves. The emergence of Canudos is directly associated with political and economic factors which the country dealt with in the second half of the nineteenth century. That was period of crucial events which led to the emergence of various social upheavals that occurred throughout Brazil. After witnessing the conflicts among Maciel followers, the author records occurrences in combat, with important observations about the area, the countryman, and local inhabitants. To elaborate his work he followed a literary trend at the time, based on scientific theories, in the first two parts of his work, producing his writing as a true scientist. Moved by the final occurrences he then assumes the position of narrator to carry out his denouncement. Based on taeneana theories and following the aesthetics of the Romantic period, the author structures the text with references to the countryman, and his literature committed in social causes, concerned with issues of the Portuguese language at the time.

Keywords: Romance in Brazil. Euclides da Cunha. Canudos.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
A Segunda metade do século XIX no Brasil.....	10
1.1 O fim para a monarquia brasileira	10
1.2 <i>Os Sertões</i> : um romance histórico?	18
1.3 O romance histórico no Brasil	25
CAPÍTULO 2	31
2.1 A <i>odisseia</i> de Euclides.....	31
2.2 O purismo da língua vs nacionalidade linguística e literária	35
2.3 A posição de Euclides em relação à literatura de seu tempo	36
CAPÍTULO 3	
A construção intelectual d’<i>Os Sertões</i>	51
3.1 Fatores que contribuíram para o surgimento de Canudos e sua manutenção como foco de resistência	51
3.2 <i>Os Sertões</i> : um romance de denúncia.....	54
3.3 O intelectual Euclides da Cunha.....	57
3.3.1 Euclides positivista e evolucionista	57
3.3.2 Euclides sociólogo	60
3.4 A Guerra de Canudos	63
3.4.1 As baixas ocorridas nas forças legais	68
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS.....	78

INTRODUÇÃO

“[...] é uma ilusão dos parvos ou ignorantes acreditarem que possuem tesouros de originalidade, e que aquilo que pensam, ou dizem, nunca foi antes pensado, ou dito por ninguém.”

Fernandes Pinheiro *apud* Antonio Candido

É propósito deste trabalho fazer uma leitura do romance *Os Sertões* de Euclides da Cunha, enfatizando seu caráter de denúncia da violência praticada pelo Estado contra os habitantes do povoado de Canudos, no sertão da Bahia, entre os anos de 1896 e 1897.

Dentre as várias características de um texto literário, uma delas é a possibilidade de proporcionar aos leitores diferentes interpretações, assim como analisar o método que o autor utilizou para elaboração de sua obra.

Ao longo de nossa pesquisa, realizamos, como de praxe, diversas leituras e algumas delas seccionadas, ou seja, obedecemos à divisão da obra elaborada por Euclides da Cunha para apoiar-nos no aparato teórico selecionado durante as leituras integrais do texto.

O autor deixou claro o objetivo maior da sua obra: formular uma denúncia contra aqueles que comandaram o genocídio praticado em Canudos no interior baiano contra o sertanejo. O que ocorreu em Canudos entre os seguidores de Antônio Vicente Mendes Maciel – Antônio Conselheiro – e os militares das forças legais compostas por integrantes do Exército Brasileiro e da Polícia Militar foi um combate que evoluiu e transformou-se em uma guerra. Logo, desse acontecimento não há que se esperar algo diferente entre os oponentes que não o uso da força, da violência e de todos os meios disponíveis para subjugar e vencer o inimigo.

A partir desses princípios, algumas questões se nos apresentaram: por que o autor sentiu a necessidade de formular sua denúncia? Houve, de fato, o uso desproporcional da força? O libelo euclidiano tinha fundamento visto que foram as forças legais que empregaram a violência e tinham, na ocasião, o apoio da opinião pública e também o consentimento das autoridades constituídas?

Euclides da Cunha, muito provavelmente, deparou-se também com esses e outros questionamentos possivelmente semelhantes e, a partir daí, buscou métodos para consubstanciar seu texto.

Acompanhando a tendência da produção literária contemporânea sua, o autor deteve-se na descrição do espaço e do sertanejo, utilizando-se de todo seu arsenal teórico-científico baseado, sobretudo, na doutrina evolucionista, sendo, portanto, pragmático nas duas primeiras partes da obra, passando para a condição de narrador na última parte da obra.

Após conhecer um pouco da obra, partimos para uma análise mais aprofundada, assim buscamos o contexto histórico que antecedeu o episódio de Canudos, fazendo um recorte e analisando os eventos de cunho social relevantes ocorridos na segunda metade do século XIX, dando destaque à atuação do Exército Brasileiro na guerra do Paraguai, a abolição da escravidão e a proclamação da República orquestrada e consolidada pelo Exército. Vale ressaltar ainda a grave crise econômica pela qual o País passou. Para tal, realizamos pesquisas historiográficas sobre o período, dando ênfase a um lapso que alguns historiadores chamam de *Belle-Époque* brasileira.

Após passar a fase da contextualização histórica, voltamos nossa atenção para a maneira como o texto euclidiano foi construído. A linguagem utilizada por Euclides da Cunha para produção de *Os Sertões* é a confluência de arcaísmos colhidos na velha linguagem lusitana, modismos, gírias populares, termos regionais, termos científicos atuais na ocasião e neologismos. Todas essas formas, muitíssimo bem trabalhadas, assemelharam sua escrita à arte produzida por um ourives, como versou Olavo Bilac em *Profissão de Fé*, esculpindo as palavras.

Euclides da Cunha preocupou-se ainda com o impasse do purismo da língua com a nacionalidade linguística ocorrido no período de produção de sua obra, permitindo a possibilidade de demonstrar domínio da língua portuguesa que, agregada à sua arte de narrar, produziu uma obra nem improvisada nem fácil, ao contrário de comentários de críticos menores que intitularam *Os Sertões* como um texto improvisado (RABELO, 1948, p. 194).

A partir da história da nossa literatura no Romantismo, chegamos ao romance histórico nacional e verificamos que o romance de Euclides da Cunha segue essa

tendência, pois apresenta características que o aproximam do romance histórico – tal afirmação você, leitor, poderá corroborar ou não após a leitura de alguns questionamentos que trazemos neste texto ao lançar algumas proposições sobre o conceito de romance histórico.

Outra grande característica da literatura é o seu envolvimento em causas sociais, apresentadas na maioria das obras, sendo ela avaliada como instância portadora e transmissora de determinados contextos sociais em diferentes momentos. Tal envolvimento gerou termos que indicam a ligação intrínseca entre literatura e comunidade, apresentando o engajamento daquela, empenhando-se nos mais variados temas. A obra euclidiana orbita no universo do engajamento da arte literária, pois a denominação literatura engajada surgiu posteriormente, definida por Jean Paul Sartre.

Os registros produzidos por Euclides da Cunha serviram, após pouco mais de trinta anos de elaborados, como base para criação e estruturação da Sociologia no Brasil, motivo pelo qual realizamos leituras também nas áreas das ciências sociais, principalmente na Sociologia.

O Momento Histórico para o Romance no Brasil: A Contribuição de Euclides da Cunha tem como objetivo maior apresentar alguns dos principais acontecimentos ocorridos na nossa história e posicionar o romance euclidiano nesse período, como seu autor interpretou os fatos não apenas ocorridos no interior baiano, como também, de forma indireta, o cotidiano da capital brasileira e ainda a maneira de se produzir um romance inovador seguindo as tendências literárias dos grandes centros europeus. Assim, convidamos o senhor leitor para aferirem alguns dos mais importantes pontos da obra euclidiana a partir da nossa leitura colocada neste texto.

CAPÍTULO 1

A Segunda metade do século XIX no Brasil

Os grandes textos se devem explicar com paciência, palavra por palavra, argumento por argumento, em vista de lhes entender a arquitetura.

(SCHWARZ, Roberto, “Um seminário de Marx”, in Sequências brasileiras – ensaios. São Paulo: Companhia da Letras, 1999, p. 91.)

1.1 O fim para a monarquia brasileira

A segunda metade do século XIX foi marcada por três acontecimentos decisivos para a História do Brasil: a Guerra do Paraguai, entre os anos de 1865 e 1870; a libertação dos escravos e a proclamação da República. Nesse período, destacaram-se também o restabelecimento do comércio externo – equilíbrio da balança comercial – e a consolidação de Dom Pedro II no trono, um imperador conservador, tendo força nos ministérios formados por escravocratas e produtores rurais, homens que, pela posição política, dificultaram o fim da escravidão no País para defenderem seus interesses pessoais.

A guerra com o Paraguai revelou a fragilidade do Exército Brasileiro naquela ocasião. Tornou-se necessária a formação de um exército profissional e bem equipado para se manter frente ao combate. O Império iniciou um recrutamento militar para completar seu efetivo, mas encontrou dificuldade nessa ação. A elite nacional não aceitou ir para o *front*, como também não permitiu o ingresso de seus filhos. O alistamento tornou-se cada vez mais complicado, violento e autoritário. Em 1866, o Império baixou um decreto concedendo liberdade aos escravos voluntários para a Guerra. A solução, para parte da elite, foi enviar escravos em seus lugares.

As consequências mais acentuadas desse conflito foram os gastos excessivos, a escassez de mão de obra no campo e nas modestas indústrias e ainda a desvalorização da moeda brasileira. Com o fim do conflito (1870), aumentou o questionamento quanto à continuidade da escravidão, uma vez que os escravos contribuíram para a defesa da

nação. O Exército Brasileiro, com o fim da guerra, assumiu posição antiescravista e demonstrou simpatia à causa republicana. Seus militares passaram a reivindicar maior participação política na vida administrativa do País.

A batalha política na Câmara pela abolição da escravidão foi longa e acirrada, iniciando-se em 1831, quando foi apresentado um projeto pelo fim do trabalho escravo, mas que a própria Câmara recusou tomar conhecimento. O assunto foi retomado em 1850, quando foi decretada a proibição do tráfico internacional e, em 1852, com o projeto visando à liberdade dos nascituros e alforria para aqueles que pudessem pagar os valores estipulados. Nessa ocasião, o presidente da Câmara impediu a apresentação da proposta, cassando a palavra do parlamentar proponente. Em 1854, foi posto em pauta um projeto de lei proibindo o tráfico negreiro interprovincial. No ano de 1867, Dom Pedro II manifestou-se muito discretamente contra a escravidão, mas, em 1868, organizou um ministério conservador e claramente escravocrata com objetivo de dissolver a câmara, que pressionava o Império pelo fim da escravidão. Esse ato imperial polarizou as forças parlamentares em conservadores e reformistas. Estes fundaram um partido liberal, que teve como compromisso partidário a emancipação dos escravos. Extremistas desse partido levantaram, dois anos após sua fundação – 1870, a bandeira republicana. Em 1871, foi criada a Lei do Ventre Livre, cuja ineficácia serviu tão somente para atenuar a pressão contra a escravidão.

A partir de 1880, ressurgiu o movimento libertador com apoio da opinião pública. Assim, uma nova tentativa de manipulação foi articulada pelos congressistas conservadores, aprovando, em 1885, uma nova lei que concedia liberdade aos escravos maiores de sessenta e cinco anos. A partir dessa data, foi iniciada a participação efetiva dos próprios escravos, quando começaram a abandonar em massa as fazendas nas quais eram utilizados. Coube então àquele governo predominantemente escravocrata assinar, em maio de 1888, o término da escravidão. Essa “medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão de obra livre para as regiões cafeeiras...” (CARVALHO, 1993, p. 23).

Estando bastante claro o desgaste do imperador, como também do regime monárquico constitucional na administração do País, os reformistas, apoiados por alguns

segmentos da sociedade, como o próprio Exército, articularam um golpe político, destronaram o imperador e proclamaram uma república ditatorial.

O Exército tornou-se um divisor de águas na sociedade durante o século XIX, pois, a partir de 1824, fazia-se necessário um concurso de capacidades para que o cadete fosse promovido a oficial, no entanto, até esse período, o título de oficial era concedido aos filhos da nobreza.

No meado do século, uma mudança fundamental: os recrutados à força ou os voluntários, depois de permanecerem algum tempo nas fileiras, podiam matricular-se na Escola Militar, galgando o oficialato. ‘isso significou’ - esclarece um estudioso no assunto – ‘um poderoso fator de diferenciação para a sociedade daquele tempo [...] a população livre desprovida de recursos estava emparedada, de um lado, pela classe dos senhores rurais, de outro, pelos escravos, sem maiores meios, portanto, de ascensão social [...]’ (FAORO, 1997, p. 471).

Tal acontecimento revelou a perda da “[...] importância social do Exército, abandonando a aristocracia [...]” (FAORO, 1997, p. 471). O Exército se profissionalizou dentro do Império, tendo sido empregado em pacificações internas, na Guerra Cisplatina, como já citado, e mantido isolado na administração e ainda privado de articulações políticas. Contudo, “[...] eleva o oficial, projeta seu *status*, mas não o aristocratiza, nem lhe confere ingresso no palco político [...]” (FAORO, 1997, p. 472). No sentido contrário, estiveram os senhores de terra que perderam o interesse pela carreira militar e buscaram nas academias de Direito a possibilidade de acesso à magistratura e a cargos políticos.

Mesmo após o retorno do Prata, os militares participaram cada vez menos como membros conselheiros da Coroa ou mesmo de cargos políticos. No entanto, a causa abolicionista permanecera como bandeira do Exército.

Em junho de 1887, sob a presidência de Deodoro da Fonseca, é fundado o Clube Militar, instituição que reuniu os militares do Exército. Essa agremiação tornou-se o principal local de reuniões para discussões referentes aos grandes assuntos de interesse nacional. Já em julho seguinte, Deodoro da Fonseca concorreu a uma vaga de senador pelo Rio de Janeiro, desvinculado de qualquer partido político e, no mesmo período, o exército declarou ter rompido quaisquer vínculos com o partido ligado à monarquia. A partir desse ano, passou a ser uma questão de tempo para se marcar não somente o início da República, mas principalmente o fim do Império.

Antes de traçar, em linhas gerais, algumas características do regime político adotado com o fim do Império, tomemos por ciente que a Proclamação da República

[...] não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos e sem nenhuma participação popular. O povo no dizer de um dos fundadores da República, assistira 'bestializado' ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava [...] (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 208).

A Instituição Exército brasileiro viveu, no decorrer do século XIX, dois extremos: a profissão militar enquanto admirada pela elite nacional foi vista e utilizada para se alcançar *status* social. Destacaram-se na primeira metade desse século militares como Duque de Caxias, promovido a general aos trinta anos de idade, Marques de Barbacena, ao posto máximo aos trinta e nove anos de idade dentre outros. Posteriormente, após ser abjurada pela elite, começa a ser opção de autonomia social para os menos favorecidos financeiramente.

A necessidade de modernização pela qual passava o País diante do novo regime político, permitiu o surgimento de novos intelectuais não oriundos das elites. Comprometidos com o desenvolvimento da nação, apostaram na estruturação do interior do País, sobretudo na realização de grandes obras públicas para que ocorresse um desenvolvimento verdadeiro. Assim, surgem nomes como André Pinto Rebouças, Candido Mariano da Silva Rondon, Alberto do Rego Rangel e o próprio Euclides Rodrigues da Cunha.

Junto com o novo regime, surgiu uma nova economia para o país. Naquele momento, foi possível observar a explosão de uma ânsia pelo enriquecimento e a busca por bens materiais. Parte dos grandes proprietários rurais do antigo Império e até mesmo alguns membros do parlamento se colocaram em posições estratégicas, que lhes facilitariam a especulação e as negociatas. A economia brasileira contou também com grande parte do capital estrangeiro, principalmente no comércio e na indústria, além do estabelecimento de bancos, mediante filiais da França, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra. Devido às finanças internacionais, a cafeicultura nacional pôde se estabilizar no início da República, visto que foram necessárias grandes quantias para o equilíbrio e custeio da produção.

Nesse contexto, a relação patrão-empregado estava assinalada pelo trabalho livre, mas não seria de fácil entendimento entre as partes. O trabalhador livre tinha dificuldade em se adaptar ao regime das grandes lavouras e, não estando preso a terra e aos empregadores como os escravos, abandonava-os com frequência, gerando instabilidade da mão de obra. Parte desses trabalhadores era de imigrantes europeus, que tiveram suas vindas para o Brasil subvencionadas por seu Estado de origem. Assim, o regresso ou mesmo a transferência para outros países era de relativa facilidade. Os que permaneciam livres no País buscavam melhores condições de trabalho, no entanto, enfrentavam dificuldades em se estabelecer. Por conseguinte, tanto para os ex-escravos como para os imigrantes europeus, as relações trabalhistas foram foco de constantes atritos.

A configuração da economia na região nordeste, que outrora fora responsável pela produção do açúcar e outros gêneros, sofreu mudanças com o advento da república. “Também aí a grande lavoura do tipo tradicional sofre um rude golpe com a abolição do trabalho escravo, e, dada a decadência em que já se encontrava, não resistirá e entrará num processo geral de decomposição” (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 136). Esse desequilíbrio é ainda atribuído à falta de emprego e de investimentos, uma vez que se tornou desinteressante aplicar recursos naquela região. Esse descaso permitiu o surgimento de uma política negligente para todo o Nordeste e, como consequência, surgiram convulsões sociais de repercussão ampla.

A República brasileira se apresentou, em seu início, com características ditatoriais. Os presidentes militares empregaram a violência como forma de conter a insatisfação popular, que fora ocasionada, sobretudo, pela falta de políticas públicas capazes de proporcionar qualidade de vida ao cidadão e facilitar o ingresso da massa de negros na sociedade. A forma governamental recém-adotada não possuía oposição ou resistência à sua implantação. O País passava por forte crise financeira e os administradores do Império, juntamente com Dom Pedro II, haviam planejado a emissão de títulos da dívida pública interna como forma de conter a insatisfação dos investidores e de grande parte dos produtores rurais, que começavam a ter grandes perdas na produção agrícola devido a uma série de medidas imperiais. O planejamento econômico do Império fora mantido e isso também serviu para serenar os ânimos de outros segmentos sociais. A aparente tranquilidade no País persistiu por pouco tempo, pois insurreições logo surgiram, mas

bruscamente sufocadas. Destaca-se nesse período a desvinculação da Igreja em relação ao Estado, pois aquela tinha como uma das funções substituir ou suprir esse Estado ausente em alguns setores da sociedade.

A instauração da República exigiu da classe dirigente esforços para grandes transformações no País em todos os setores. Os republicanos brasileiros, no início da República, deveriam justificar o novo regime e assim debater a liberdade política e a liberdade individual em dois momentos. Eles buscavam modelos na Europa e na América (França e EUA) para servir de referência, com adaptações às circunstâncias locais.

Além das reformas econômica e política, fez-se necessária a realização de grandes obras públicas para a revitalização do País, sobretudo na capital federal, pois havia necessidade de ser apagada toda e qualquer marca ou símbolo que fizesse menção ao antigo regime de governo. Nicolau Sevcenko menciona, em sua obra *Literatura como Missão*, a força da reformulação estrutural da capital federal e cita Olavo Bilac, fazendo uma alusão de forma pitoresca a essa mudança:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (BILAC, *Apud* SEVCENKO, 1995, p. 31).

A reforma urbana teve grande destaque principalmente nos governos civis de Prudente de Moraes (1894/1898) e Campos Sales (1898/1902), posteriores ao governo das espadas. Havia a clara intenção de trazer para o Brasil padrões de modernidade praticados no antigo continente, e o Rio de Janeiro assumiu o papel de precursor e irradiador da nova civilização nacional. Essa postura marcou sobremaneira a divisão, a separação, a distinção entre a classe popular e a nova classe dominante na capital da república.

Nesse novo cenário citadino, surgiu também um novo espaço para as artes. No campo literário, escritores, como Lima Barreto, muito escreveram sobre os excluídos urbanos desse novo sistema. Concomitantemente, ressurgiu uma “nova ordem” de

escritores que trouxeram como fulcro de sua produção o homem do interior. Vale ressaltar que o regionalismo - desde o Romantismo, com José de Alencar, Bernardo Guimarães, Visconde de Taunay e Franklin Távora - era registrado com olhar um tanto quanto exótico. Essa nova era de escritores trouxe um interiorano carregado de diferentes “pronomes de tratamento”: sertanejo, caipira, tabaréu, jagunço etc. A posição principal desse homem na nossa literatura era acentuar as diferenças existentes na sociedade, desde o início do processo de colonização. Escritores como Afonso Arinos, Manoel Benício, Coelho Neto, Artur Azevedo, dentre outros, começaram a destacar em seus escritos o homem do interior em relação ao homem do litoral como forma de denúncia da segregação ocorrida no período. Não apenas os habilidosos com a pena na arte de produzir literatura, como ainda os críticos de literatura buscavam o novo, o diferente nessas artes para contrastar com o antigo. José Veríssimo, Araripe Júnior e Silvio Romero, além de consagrados “escritores sertanejos”, destacaram-se pela posição assumida para a crítica literária.

Assim como na França, ocorreu no Brasil, no período da *Belle-Époque* tropical, uma grande efervescência no meio cultural, pois aqui se buscavam também inovações, possibilitando o surgimento de jovens escritores para fazer oposição aos escritores consagrados.

O Rio de Janeiro, como centro econômico e político do Brasil, contribuiu para que o País se desenvolvesse nacionalmente no novo regime. Esse mesmo centro foi basilar para que a literatura nacional continuasse se desenvolvendo, pois nesse ambiente encontramos a elite intelectual que proveu padrões nos quais foram traduzidas as experiências vividas pelos homens de diferentes localidades. A capital da recém-república norteou os artistas, moldando suas personalidades, exigindo constante aprimoramento para que esses produzissem obras condizentes com seu tempo. Assim, compreende-se porque a capital federal foi o reduto dos grandes artistas da época.

Diante desse cenário literário, foi lançada, em 1902, a obra *Os Sertões*, do então desconhecido Euclides da Cunha. O tema, já bastante explorado na época, trazido pelo engenheiro Euclides da Cunha, que possuía uma formação acadêmica com postura positivista, está carregado de um determinismo rijo e obstinado, como também de grande rigor interpretativo no campo científico, adotando tais critérios para sua elaboração, construindo, dessa forma, uma obra para além de seu tempo.

Silvio Romero, em *História da Literatura Brasileira*, escreve sobre Euclides da Cunha e, em sua obra, afirma:

O que mais despertou, para logo, a atenção dos leitores foi o estilo imaginoso, brilhante, marchetado de metáforas do escritor, além do assunto, que parecia longínquo, exótico, inesperado à grande maioria dum público sofrivelmente ignorante, como o do Rio-de-Janeiro e do Brasil em geral (ROMERO, 1949, v. V, p. 402).

A obra é recebida dessa maneira pela crítica, revelando o conflito de culturas entre os homens do litoral e do sertão, suas diferentes etnias, desvendando a já profunda crise vivida pelo País – sistemas econômico, administrativo e a falta de políticas sociais. O crítico revela ainda que “O nervo do livro, seu fim, seu valor estão na descritiva do caráter das populações sertanejas de um curioso trecho do Brasil” (ROMERO, 1949, v. V, p. 418).

Nicolau Sevcenko engrandece Euclides da Cunha pela clareza de seu texto, pois seus conteúdos descrevem com total nitidez tudo que um perspicaz observador presencia, fazendo do engenheiro um escritor grandiosamente distinto, uma vez que

A transparência de seus textos com relação à realidade dos fatos que animavam a ação social do período é quase que total. Esse realismo premeditadamente intoxicado de historicidade e presente é uma das características mais típicas de sua literatura e o afasta em proporção visível de seus confrades de pena, europeus ou nacionais. Pudemos acompanhar, anotados ao longo dos seus livros: movimentos históricos, transformações sociais, relações sociais, relações raciais, transformações econômicas e políticas, ideais sociais, políticos e econômicos, discussões filosóficas e científicas, crítica social, moral e cultural, análises geológicas, descrições geográficas e comentários historiográficos [...]” (SEVCENKO, 1995, p. 131).

Alfredo Bosi (2006) destaca a importância d'*Os Sertões* como uma literatura cujo objetivo foi o relato da violência no sertão. A obra, naquela ocasião, lançada pouco tempo após a transição dos regimes políticos no País, como já aludimos, revelou as mazelas surgidas pela diferença de cultura entre o brasileiro que vivia na costa, recebendo influências europeias, e o compatriota que fora olvidado no interior, estéril de qualquer cultura tida como avançada.

O ponto de destaque que este trabalho dará à obra *Os Sertões* é a forma como o autor registrou o conflito de Canudos, principalmente, como foi debelado. Euclides da

Cunha, ex-militar, presenciou a ação do exército como jornalista, tendo como função o relato da guerra e, após cinco anos, publicou sua obra. A Nota Preliminar faz referência à violência do conflito, às diferenças de força e à ausência do Estado naquela região, não somente no momento do levante, mas por todo o período da nossa História.

1.2 Os Sertões: um romance histórico?

A história começa a fazer parte da literatura a partir do momento em que o literato transcende os limites do puro poder de invenção e passa a empregar elementos da realidade vivida pelo homem, principalmente as relações desiguais existentes em diferentes esferas do relacionamento humano.

A história surgiu, como já observado por estudiosos, quando esse mesmo homem viu-se capaz de transformar sua existência, quando inserido em um determinado contexto, podendo exercer o controle sobre o meio. Portanto, há relação entre a história e a dominação do homem pelo homem: relação de poder. José Carlos Sebe Bom Meihy (2001) cita a relação entre a história e a literatura em que aquela adere aos grupos dominantes e suas ideias, pois “a distinção básica entre história e literatura reside na eficácia do discurso histórico assumido socialmente como um saber que responde a algumas questões firmadas pelos grupos que a justificam” (MEIHY, 2001, p. 152). O conteúdo da história passa por um filtro, não permitindo que informações relevantes sejam passadas ao leitor. Ao passo que a literatura não tem o compromisso com o poder dominante e sua escrita difere da historiografia. No entanto, mantém o compromisso de transmitir a cultura, registrar as relações humanas, contextos e acontecimentos históricos, utilizando a criatividade do escritor na elaboração do texto literário. Assim, a literatura não faz historiografia e sim historicidade.

O romance histórico teve seu início no século XIX, período em que os escritores começaram efetivamente a utilizar acontecimentos da vida humana, tendo sido ou não já trabalhados, além de textos históricos como matéria básica para a produção literária.

Gyorgy Lukács, o primeiro teórico do romance histórico, classificou o subgênero romance histórico em quatro estilos, identificando, para cada um deles, os escritores que

apresentaram características típicas para sua classificação. Donizeth Santos sintetiza essa classificação de Lukács conforme abaixo:

1. Clássico: representado pelas obras de Walter Scott, Alessandro Manzoni, Fenimore Cooper, Alexandre Pushkin e Liev Tolstói; 2. Romântico: cultivado por Alfred Vigny e Vitor Hugo; 3. Realista: de fundo histórico escrito por Gustave Flaubert, Conrad Ferdinand Meyer e Guy de Maupassant; 4. Humanista e Democrático: representado por obras históricas de Anatole France, Stefan Zweig, Feuchtwanger, Bruno Frank, Heinrich Mann e Romain Rolland (LUKÁCS, *Apud* SANTOS, 2011, p. 1).

Observamos na obra de Lukács uma análise marxista desse estilo de romance. Destacamos no seu texto o momento a partir de 1848 quando ocorreu, em Paris, a primeira batalha entre proletariado e burguesia, em que esta lutava pela continuação do seu domínio político e econômico. Após esse momento, as ciências histórica e literária produziram mais intensamente conteúdos e formas semelhantes às da consciência histórica, difundindo as formas da vida política e intelectual da classe burguesa, visto ser ela a propagadora da ideologia dominante.

Nesse momento, fatos históricos referentes à relação burguesa com o proletariado passaram a ser trabalhados pelos literatos como componentes para sua produção. A França, na segunda metade do século XIX, apresentou Gustave Flaubert como um dos primeiros escritores a trabalhar o romance histórico de estilo realista, pois, com ele

[...] tem início um desenvolvimento em que a desumanidade do material e da figuração, a atrocidade e a brutalidade tornam-se um fim em si mesmas. Elas ocupam o lugar central porque a figuração da questão principal é fraca: o desenvolvimento social do homem; pelas mesmas razões, porém, elas recebem um destaque que vai além do seu real significado. Como em toda parte, a amplificação substitui aqui a verdadeira grandeza – a descrição das oposições é, em seu brilho decorativo, um substituto da figuração dos contextos sociais e humanos –, a desumanidade e a crueldade, a atrocidade e a brutalidade tornam-se meios de substituição para a verdadeira grandeza histórica que se perdeu. Ao mesmo tempo, elas emanam do anseio doentio do homem moderno de escapar da estreiteza sufocante do cotidiano [...] (LUKÁCS, 2011, p. 237).

Gustave Flaubert, a partir desse momento, remodelou a Literatura moderna, exibindo um processo de brutalização devido à evolução do capitalismo. O posicionamento dele é

contrário ao processo capitalista, transparecendo sua repulsa a esse sistema a partir de manifestações de desumanidade utilizada por ele em suas obras. Assim, ele se tornou “um dos mais destacados precursores da desumanização da literatura moderna” (p. 239). Sua posição, ao revelar tal ato, “... faz com que a desumanização da vida por obra do capitalismo se fortaleça ainda mais na literatura” (LUKÁCS, 2011, p. 239).

A partir de então, o romance histórico passa a ter características inovadoras. Ele deve ser de caráter libertatório, livrando-se das amarras da monotonia, “[...] do ponto de vista da forma: o colorido, a monumentalidade decorativa do ambiente exótico; do ponto de vista material: as paixões excêntricas em toda sua extensão e peculiaridade” (p. 238). Quanto à questão da linguagem, Lukács afirma que

[...] o fato de toda épica ser uma narrativa do passado já cria uma estreita relação linguística com o presente. Pois é um narrador atual que fala a um leitor atual... A consequência disso é, desde já, que o tom linguístico geral do romance histórico deve rejeitar o arcaísmo como um esteticismo supérfluo (p. 240).

A obrigatoriedade que sentimos em trazer para este trabalho *O Romance Histórico* dá-se pelo fato de o pensador húngaro e sua obra terem tratado do romance histórico com citações de grandes nomes do gênero, dentre eles Gustave Flaubert, um Gustave Flaubert, um dos primeiros nomes da segunda metade do século XIX e um dos destaques do estilo realista do romance histórico. O motivo do destaque dado aqui a esse significativo romancista é o surgimento de pontos semelhantes – guardando as devidas proporções – da posição de Flaubert diante do contexto capitalista de sua época, suas reações, postura e a criação da obra *Salambô* (1862), com posições adotadas por Euclides da Cunha, no final do século XIX e início do século XX, diante da desilusão, passados alguns anos da proclamação da república, com alguns líderes militares e outros homens públicos e a forma como ele divulgou sua grande obra em 1902, formulando uma denúncia contra o Estado e seus dirigentes.

A literatura no Brasil, no final do século XIX, era controlada por um grupo seletivo da Rua do Ouvidor, ligado à Editora Garnier, produzindo, na leitura de alguns críticos, uma literatura desinteressante e previsível.

Os *Sertões* trazem um fato passado; sua forma de escrita liga esse passado, mesmo que recente, ao presente e, dessa maneira, o leitor percebe a atrocidade e a violência empregadas no interior baiano. Euclides da Cunha caracterizou os combatentes de Antônio Conselheiro como retrógrados, homens de tempos remotos, bárbaros. Tal comparação era utilizada como artifício para justificar a brutalidade do exército. De acordo com o pensamento do sociólogo polonês Ludwig Gumplowicz, uma raça sempre busca sua superioridade sobre outra raça impondo sempre sua cultura, não devendo utilizar a força. Fernando Nicolazzi afirma que

[...] a luta das raças é o motor da história, no sertão ela assume forma impar... 'a raça forte não destrói a raça fraca pelas armas [mas sim] esmaga-a pela civilização'... desse modo, conceitualmente falando, o jagunço é menos um degenerado que um retrógrado. E como tal ele requer outras medidas: se a civilização, pelo seu próprio movimento, não sucede impor a lei da sua história, que as armas assim o façam! (NICOLAZZI, 2009, p. 76).

A denúncia proferida por Euclides da Cunha descortina a desumanização do Exército no combate, revelando também o fato de o jagunço ser um retrógrado, um ser ainda não civilizado. A aplicação do pensamento no campo da sociologia não seria possível naquele momento porque não conseguiria justificar a ação praticada pelo exército. Dessa forma, restou às forças regulares o emprego da incivilidade contra esses “bárbaros”. Assim, Euclides não consegue esclarecer, através de teorias das ciências sociais, o uso da força demasiada pelo Exército, que via no jagunço um “bárbaro”, e, como tal, conhece tão somente a força, a única ação familiar.

Vitor Hugo é outro escritor elencado por Lukács, situado no romance histórico de estilo romântico. Vitor Hugo provavelmente foi bastante lido por Euclides e seus companheiros de escola militar, período no qual presumimos terem recebido influências do artista francês. Euclides da Cunha escreveu, em 1883, “[...] uma série de poemas com o título *Ondas*, que enaltecem heróis da Revolução Francesa e trazem marcas românticas como a valorização do indivíduo, capaz de fazer e transformar a história” (VENTURA, 1996, p. 285). Outro traço semelhante entre os dois literatos está na divisão da obra do nosso escritor com a obra *Quatrevingt-Treize* (Noventa e três), publicada no ano de 1874, um romance épico de qualidade em que foi escrita a história de uma maneira que poucos

artistas escreveram, “[...] cujo primeiro livro da terceira parte, intitulada ‘*EnVendée*’, subdividindo-se em sete capítulos, contém três títulos significativos: (I) *Les Fôrets*, (II) *Les Hommes* e (V) *Leur vie em guerre...*” (BERNUCCI, *apud* NICOLAZZI, 2009, p. 68). Outra característica do romance histórico romântico são as personagens principais da história que também figuram no texto literário.

Como vimos, o fato histórico é parte do material utilizado para elaboração do romance histórico. A crítica marxista analisa a literatura observando as condições históricas no momento da sua produção, examinando textos, buscando, dentre outros, sua relevância sociológica, tendo neles conteúdos de uma história, uma vez que não apenas o texto, mas todas as artes têm a marca de seu período histórico.

A partir de *O Romance Histórico*, analisando os poucos fragmentos aqui selecionados, dentro da concepção de romance histórico para Gyorgy Lukács, podemos aventar ser *Os Sertões* um romance histórico com características realistas de Flaubert, mas também com traços bastante marcantes do estilo romântico de Vitor Hugo. Essa posição ocupada por Euclides e sua obra maior pode ser aceita porque o grande artista não se enquadra perfeitamente, ele não segue uma ordem prevista. Assim, ele assume uma postura transgressora.

Segundo a crítica marxista, para um romance ser considerado histórico, o fato em si não é o mais importante, importando sim de que forma ele interferiu na vida de uma sociedade em determinado tempo. Assim, a obra literária deve trazer a maneira como os indivíduos daquela sociedade viveram o fato histórico que os afetou e quais foram as suas reações, sendo justamente o entrelaçamento entre a história e a ficção o teor da obra. Para o professor Fredric Jameson, “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interseção de ambos: o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos” (JAMESON, 2007), observando o modo da representação elaborada no texto e a forma com que o indivíduo interage com o fato.

O conceito de romance histórico é bastante controverso entre os estudiosos. O ponto de maior polêmica surge quanto ao posicionamento temporal do escritor em função do período ora narrado no texto. Tomando Lukács como referência, a partir do texto trabalhado por nós, veremos que o pensador húngaro não estabelece um distanciamento entre o

escritor e o tempo da narrativa para que o texto seja um romance histórico, apenas deixa a entender “que o romance histórico seja uma narrativa de um tempo distante, bem anterior ao tempo vivido pelo escritor...” (SANTOS, 2011, p. 2). No entanto, Donizeth Santos destaca que, para a maioria dos críticos literários, é necessário que a ação do romance, ou pelo menos a maior parte dela, seja centrada num tempo anterior ao período de vida do romancista para que o texto seja considerado um romance histórico (SANTOS, 2011, p. 1).

Antonio Roberto Esteves (1995) cita a estrutura do estilo clássico do romance histórico scottiano com dois princípios básicos: “1) a ação do romance ocorre num passado anterior ao presente do escritor e, 2) [...] personagens e fatos criados pelo autor [...] sua criação deve obedecer a mais estrita regra da verossimilhança [...]” (ESTEVES, 1995, *apud* SANTOS, 2011). A polêmica desse distanciamento entre tempo presente do escritor e tempo da ação do romance aumenta quando Lukács cita Balzac como seguidor da técnica de Walter Scott e menciona um fato novo e certamente desconhecido no romance histórico, que é a representação da história recente, a qual se encontra muito próxima do presente. Assim, um romance pode ser histórico mesmo que o período citado seja um vivido pelo escritor.

A obra *Os Sertões*, de certa forma, orbita nessa aura de controversas, uma vez que Euclides presenciou os fatos e fez seus relatos após passados cinco anos do evento histórico. No entanto, encontramos ainda em Lukács pontos que permitem ver *Os Sertões* como um romance histórico, pontos esses corroborados por Terry Eagleton.

Os grandes escritores realistas surgem de uma história que está visivelmente em criação; o romance histórico... Shakespeare, Scott, Balzac e Tolstói são capazes de produzir uma grande arte realista porque estão presentes no tumultuoso nascimento de um período histórico, estando assim dramaticamente envolvidos com a dinâmica e os conflitos ‘típicos’ das suas sociedades, que se mostram expostos de modo vívido [...] (EAGLETON, 2011, p. 59).

O tempo que Euclides da Cunha consumiu para a elaboração d'*Os Sertões* eventualmente é comentado por Lukács como um período que compõe o passado, ou seja, “[...] nosso movimento de tempo transforma muito rapidamente qualquer presente em história; e se em cinco anos o ambiente de hoje já terá se tornado histórico [...]” (LUKÁCS, 2011, p. 289).

Fredric Jameson, em *O Romance Histórico Ainda é Possível?*¹, elaborou uma definição de romance histórico. Para Jameson:

O romance histórico, portanto, não será a **descrição dos costumes** e valores de um povo em um determinado **momento de sua história...**; não será a representação de **eventos históricos grandiosos...**; tampouco será a história das vidas de indivíduos comuns em situações de **crises extremas...**; e seguramente não será a história privada das grandes **figuras históricas...** Ele pode incluir todos esses aspectos, mas tão-somente sob a condição de que eles tenham sido organizados em uma oposição entre um **plano público ou histórico...** e um **plano existencial ou individual** representado por aquela categoria narrativa que chamamos de **personagens** (JAMESON, 2007, p. , grifos nossos).

Temos então, em *Os Sertões*, a **descrição dos costumes** de parte do nosso povo, que Euclides classificou como “outro Brasil”, ocorrido em um determinado **momento da história**, com transições importantes: virada de século, período bastante emblemático e mudança de regime político. A obra representa no período histórico retratado **um grande evento**, a guerra; traz a história de indivíduos comuns, o sertanejo, vivendo uma **grave crise** de fome, miséria, pestes, violência, desemprego e ainda as imposições da natureza; apresenta como **figura histórica** de destaque o líder religioso e carismático, o beato Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. O romance inclui todos esses aspectos devidamente organizados em **um plano público ou histórico**, ou seja, um fato histórico e um **plano existencial ou individual**: as personagens. O centro de gravidade da obra possui diferentes aspectos. A personagem principal dos sertanejos tem uma variação de leituras do mundo, permitindo a Euclides, após leitura de um relatório exarado por um médico psiquiatra, avaliar essa liderança como um louco, um esquizofrênico. Portanto, observa-se a habilidade e a engenhosidade do engenheiro Euclides da Cunha na construção desse romance histórico. Ainda, para Jameson, para tal construção não se utiliza técnica, não há uma forma, o artista produz uma invenção única sem qualquer possibilidade de repetição. Esse escritor posiciona-se à frente de acontecimentos que interferiram na vida do homem em determinada época e, com perícia, elabora uma obra interseccionando o homem entre o presente e o passado, mesmo que um passado próximo.

¹ Texto apresentado em um simpósio realizado na Califórnia no ano de 2004.

Euclides da Cunha faz com que em *Os Sertões*, por meio das entidades já existentes na história, os fatos, juntamente com a sua criação, aconteça uma interação entre ambos e surja uma nova realidade, colocando essa criação acima de um mundo real, uma vez ser o sertão, o homem e a guerra fatos desconhecidos ou mesmo ignorados naquele momento por grande parte da sociedade brasileira.

1.3 O romance histórico no Brasil

No Brasil, o romance histórico foi bastante difundido no século XIX, com o romantismo, conseguindo se manter durante a transição para o realismo, enfocando no regionalismo a nacionalidade literária, fortalecendo a ficção que trabalhou intensamente o tema rural, permitindo ainda o surgimento da literatura em centros culturais diferentes da capital do império.

Os românticos se incumbiram da missão de criar uma literatura diferente daquela existente na antiga metrópole e ainda acompanhar a tendência de escolas europeias, sobretudo a francesa, a qual serviu por muito tempo como referência, não apenas política, mas também cultural. Flávio Loureiro Chaves ressalta que

O romantismo vivia intencionalmente à documentação direta da realidade e, por outro lado, idealizava-a na concepção do homem americano, mestiço e colonizado, que precisava ser nobilitado com a aura do mito. Indianismo, regionalismo e nacionalismo operam na convergência de um mesmo processo (CHAVES, 1991, p. 17).

A partir de 1822, o Brasil viu-se na obrigação de iniciar a construção de sua própria história como nação, de reinventar seu passado, fundir seus mitos e dar sequência e robustez aos fatos anteriores que envolviam personagens como também acontecimentos relevantes. Em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tal fundação possibilitou a aproximação entre historiadores e escritores, tornando-se possível a utilização dos registros dos fatos assinalados por esse instituto na arte literária e outras artes. A literatura então proporciona grande contribuição para a real função do IHGB, que é direcionar a formação do Estado nacional e a preservação da unidade política e territorial.

Em 1840, o IHGB promoveu um concurso para que fosse criada uma normativa que pudesse padronizar as produções históricas e literárias de acordo com o objetivo do Instituto. A revista trimestral do estabelecimento nº 24, de janeiro de 1845, publicou a monografia ganhadora do certame com o título *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friedrich Philippe Von Martius. A partir de então, podemos entender como o romance histórico se desenvolveu no País com certa uniformidade. O texto destacou, dentre outras diretrizes, a mistura das raças que compunha naquela época a população nacional, atribuindo valores diferentes às estirpes iniciais, sendo esse um assunto a que os historiadores e escritores deveriam se atentar e escalonar o branco – o português – como o mais poderoso, sobrepujando-se ao negro e ao índio, mas que esses dois possuiriam também suas particularidades locais e, assim, as três raças em conjunto comporiam a formação étnica nacional. O fato de o branco receber um destaque maior geraria interesse ao leitor europeu pela nossa produção literária e historiográfica e também ao próprio leitor nacional, uma vez que nossos leitores, na ocasião, estavam contidos, em sua maioria, na classe dominante, a qual era composta por portugueses e seus descendentes. O branco, como dominador, manteria a função, desde a sua chegada aqui, de civilizador, o que permitiria a ele maior controle político e cultural. As três raças iniciais seriam, em conjunto, as responsáveis pela unidade racial e cultural e a elas era dada a responsabilidade pelo branqueamento do povo.

Martius indica que

Uma obra histórica sobre o Brasil deve [...] ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas... [...] nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à pátria deverá escrever como autor Monárquico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra (MARTIUS *apud* VENTURA, p. 42).

Assim, seria garantida uma identidade própria ao País, construindo-se ainda o mito da democracia racial.

Observa-se que a proposta do Império, por meio do IHGB, de escrever a história do Brasil apresenta uma postura excludente e diretamente ligada a um passado colonial cujo objetivo era manter registrado nas novas linhas escritas a origem desse novo País. A

exclusão dá-se pela orientação estipulada na cartilha de Martius quanto às raças, gerando a construção da nação sustentada pelo pilar da diferença inter-racial.

A postura de Euclides da Cunha quando constrói o segundo capítulo d'*Os Sertões – O Homem* – é seguir, de certa forma, a norma do Instituto Histórico citada, após ter decorrido um pouco mais de meio século. Então, vejamos alguns fragmentos:

Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos [...] os nossos silvícolas, com seus frisantes caracteres antropológicos, podem ser considerados tipos evanescentes de velhas raças autóctones da nossa terra...

Os dous outros elementos formadores, alienígenas, não originaram idênticas tentativas. O negro banto ou cafre, com as suas várias modalidades, foi até nesse ponto um eterno desprotegido [...] Qualquer, porém, que tenha sido o ramo africano para aqui transplantado trouxe, certo, os atributos preponderantes do *homo afer*, filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em quaisquer outras, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força.

Quanto ao fator aristocrático de nossa gens, o português, que nos liga à vibrátil estrutura intelectual do celta, está, por sua vez, malgrado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado (CUNHA, 1998, p. 72–3).

A produção literária, que já possuía a missão de concretização desse novo País por meio de suas obras, passou a utilizar como base os acontecimentos de relevância da nossa história, ocorrendo um desenvolvimento significativo do romance histórico nesse período.

Flávio Loureiro Chaves afirma que o subgênero romance histórico brasileiro definiu-se juntamente com o nosso romance e cita José de Alencar como destaque quando

Reconhecida a posição de Alencar na cultura brasileira, é preciso então que se entenda que os componentes da sua obra não são apenas literários e estéticos, são também linguísticos e, sobretudo, históricos no sentido social, político e econômico, ou do ponto de vista particular da sua realidade (CHAVES, 1991, p. 17).

Focando tão somente a produção literária de cunho histórico durante o século XIX e início do século XX, podemos destacar alguns autores e suas principais obras como mera ilustração: Joaquim Manuel de Macedo, *A Moreninha*, em 1844, e *O Moço Loiro*, em 1845;

Franklin Távora, *O Matuto*, em 1878, e *Lourenço*, em 1881; Machado de Assis, com destaque para a obra *Esaú e Jacó*, lançada em 1904, que, de acordo com Flávio Loureiro Chaves “[...] atingiu a metáfora da nossa vida política, transfigurando-a literalmente na sequência de contrastes e paradoxos que orientam a narrativa, tudo desembocando numa desordem essencial sob a aparência da normalidade” (CHAVES, 1991, p. 21).

Realçamos José de Alencar por ser um dos maiores representantes do romantismo brasileiro, com suas obras apresentadas em quatro fases distintas da nossa escola. Citamos os seus principais textos assim distribuídos: romances indianistas, representados por *O Guarani*, em 1856, *Iracema*, em 1865, e *Ubirajara*, em 1874, encerrando essa fase; A segunda fase, romances históricos, com *As Minas de Prata*, em 1862, com dois volumes, e *A Guerra dos Mascates*, em 1874; a terceira é a dos romances regionalistas, representada por *O Gaúcho*, em 1870, *O Tronco do Ipê* e *Til*, ambos em 1872, e *O Sertanejo*, em 1875; e a quarta é a dos romances urbanos, com *Lucíola*, em 1862, *Diva*, em 1864, e *A pata da Gazela*, em 1870.

Franklin Távora, em 1871, elaborou severa crítica contra a obra *O Gaúcho*, alegando que seu autor caíra em inexatidões pelo fato de não “sair de seu gabinete”, daí a obra não conter verossimilhança e ainda incluir o fantástico em uma narrativa de costumes.

A crítica de Távora à obra *O Gaúcho*, na leitura de Antonio Cândido, indicou o início da fase final do romantismo.

Representa o início da fase final do romantismo, quando já se ia inspirando a um incremento da observação e a superação do estilo poético na ficção [...] As suas considerações constituem o primeiro sinal, no Brasil, de apelo ao sentido documentário das obras que versam a realidade presente (CÂNDIDO *apud* SANTOS, p. 285).

Desse modo, no final desse século, a escola romântica entrou em decadência, diminuindo também a importância historiográfica para o romance histórico. Euclides da Cunha, em carta a Araripe Júnior, publicada em *Epistolário*², faz referência à literatura brasileira, especificamente ao romance histórico, afirmando que

² In: *Obra Completa*. Vol II. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966, p. 628.

[n]ão temos romances históricos, sendo a nossa vida nacional tão farta de episódios interessantíssimos e originais. A este propósito, estou quase a lhe dar o mesmo conselho que me deu a poucos dias, em carta, o Dr Lúcio Mendonça: aviventar com a fantasia criadora um dos mil incidentes da nossa história (CUNHA, 1966, p. 628).

Assim, foi aberto espaço para outros enfoques no romance, por exemplo, o sociológico, visto que os conflitos sociais tornaram-se mais significativos, permitindo ainda o surgimento de diversos assuntos como economia, clima, geografia, a vida do homem em localidades inóspitas e sua superação, dentre outros temas. A literatura brasileira do fim daquele século passou a preocupar-se com questões mais atuais. Na literatura, entretanto, temas, escolas literárias ou formas, por exemplo, não são estanques. Por conseguinte, tivemos, no início do século XX, um romance histórico de destaque, objeto central deste estudo, pontuado de assuntos como os já mencionados aqui – caráter sociológico, tratado de geologia, assuntos geográficos como clima etc. Ficou para os regionalistas remanescentes manter o vínculo com a tradição anterior, ou seja, trabalhar a questão da historiografia como matéria central para a produção literária, mantendo a consciência histórica com questões ligadas ao interior do Brasil, sobretudo às regiões negligenciadas pelo Estado. Desse modo, passou-se a manusear a história em interação com outras ciências, o passado próximo é o pano de fundo do romance histórico. Afrânio Coutinho salienta que, no período de inspiração realista no início do século XX, o literato busca “retratar o homem, a linguagem, a paisagem e as riquezas culturais de uma região particular, consideradas em relação às reações do indivíduo, herdeiro de certas peculiaridades de raça e tradição” (COUTINHO, 1986, V. 4, p. 235).

Euclides da Cunha retomou a produção, seguindo uma linha tradicional, lançando *Os sertões* ainda na esteira do romance histórico. O engenheiro, na ocasião, produziu ensaios sobre outros temas, dentre eles, a seca do Norte – era como ele assim chamava a atual região Nordeste – e questiona que “não havendo uma estética para as grandes desgraças coletivas [como ocorre na Europa] estes transes tão profundamente dramáticos não deixam traços duradouros”, em *Epistolário*³.

Na grande obra de Euclides, para ele próprio, a narrativa não se distingue entre literária ou histórica. Esse entrelaçamento gera um impasse bastante discutido. No entanto,

³ In: *Obra Completa*. Vol II. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966, p. 131.

de acordo com Joana Luiza Muy Laert de Araújo: “De seus escritos, deduz-se que o autor considerava seu texto sobre Canudos um texto literário, mais especificamente um romance histórico” (ARAÚJO, 1998, p. 63).

CAPÍTULO 2

Por que *Os Sertões* se apresentam como um texto inovador para seu tempo?

“O narrador é a figura na qual o justo
se encontra consigo mesmo.”
(Walter Benjamin, Obras Escolhidas).

2.1 A *odisseia* de Euclides

Sem dúvida, *Os Sertões* é uma obra que pode ser comparada a uma epopeia. Segundo Walnice Galvão, “sem viagem, não há épica” (GALVÃO, 2009, p. 48), por esse ângulo, o texto euclidiano abarca maior dimensão, em se tratando de grandeza literária. A produção de *Os Sertões* começa para Euclides muito antes de ele iniciar suas anotações em seu *Diário de uma expedição*. O ainda jovem Euclides, antes de realizar seu deslocamento para Canudos, já havia feito muitas outras andanças. Teve sua vida errante desde criança, quando, após o falecimento de sua mãe, periodicamente mudava sua residência para a casa de uma tia ou outra. Sua maior e mais importante viagem foi para o sertão baiano, pois foi nessa jornada que Euclides encontrou meios para produzir sua grande obra. Suas viagens tiveram como consequência ruim os vários desligamentos temporários da família, o que provavelmente ocasionou desgastes na relação com a senhora Ana Emília Solon Ribeiro. Euclides precisou mudar de lugar para consolidar-se como escritor e mesmo como engenheiro. Suas obras literárias foram consequências desses muitos e prolongados deslocamentos.

A parca vida econômica do pai de Euclides, como também de suas várias tias que o acolheram, foi determinante para que ele frequentasse escolas modestas para sua formação intelectual (Anglo Americano, Vitória da Costa, Mendes Vieira e Aquino). Quando completou 18 anos, iniciou o curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica, mas no ano seguinte – 1886 – ingressou na Escola Militar. Quando ainda adolescente, apresentou pendor para as letras, mas a dificuldade existente para o prosseguimento na carreira adiou o desabrochar dessa aptidão.

Ciente da evolução literária, manteve-se em contato com a literatura europeia por meio de textos e teorias recentes, o que o fez perceber como se produziria uma literatura diferente e de vanguarda para sua época. Acompanhou a virada do século e a transição do regime político no País participando ativamente dos acontecimentos e, principalmente, manifestando seu pensamento por meio da imprensa.

A função de Euclides como correspondente era informar os feitos ocorridos no sertão baiano. Assim como Telêmaco e outros personagens, o nosso jornalista de guerra parte ao encontro do conhecimento para firmar sua idade adulta no mundo das letras. A viagem para Canudos significou o rito da passagem para Euclides. Esse objetivo já havia sido pensado por ele entre os anos de 1894 e 1895, quando transferido, como militar, da cidade do Rio de Janeiro para Campanha, interior de Minas Gerais. Lá, imaginou a possibilidade de ir à Europa ou mesmo para o interior do País, como fizeram os antigos bandeirantes. Para a primeira opção, dependia da companhia de seu pai; para a segunda, recorreu a um amigo solicitando informações sobre documentos e registros dos nossos primeiros desbravadores e, quando licenciado do exército, teve como destino o mesmo ponto de partida dos nossos primeiros desbravadores da hinterlândia: São Paulo. Chegara a hora da viagem. Euclides aceitou de pronto adentrar no sertão baiano e, a partir de então, seguiu seus destinos coletando dados e informações para produção de suas histórias – *A Margem da História* e *Contrastes e Confrontos*, que sucederam a *Os Sertões*. Euclides deixa clara sua intenção já na sua primeira grande história construída: narrar. Seu maior objetivo, quando cita Taine, em Nota Preliminar: “É tanto quanto o permitir a firmeza do nosso espírito, façamos jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a história como ela o merece”.

De acordo com Taine:

Ele [o narrador] se irrita contra as meias-verdades que são meias-mentiras, contra autores que alteram ou uma data, ou uma genealogia, para deturpar as maneiras que mantêm os eventos de desenho e mudar a cor, que copiam fatos e desfiguram a alma; ele quer se sentir bárbaro entre os bárbaros, e

entre os mais velhos, de idade (TAINÉ *apud* EUCLIDES, 1998, tradução nossa)⁴.

Euclides iniciou seu contato com Canudos ainda em São Paulo, produzindo informações de um evento que se encontrava próximo no tempo e, assim, pôde permitir aos leitores o acesso aos acontecimentos por meio de um jornal. Nessa função, ele escreveu justamente o que não sabia, alterando assim o mundo exterior, não agindo de forma ética. Em seu famoso ensaio sobre o narrador, Walter Benjamin afirma:

Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior, mas também do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis (BENJAMIN, 1985, p. 198).

A informação atua em um polo diferente do ocupado pela narrativa, contrastando sua função quanto ao objetivo maior de Euclides. No entanto, o autor conseguiu desempenhar a função de jornalista, produzindo informação sobre um acontecimento presente, e a função de narrador, contando algo de um tempo e um espaço distantes quando publicou sua grande obra. Segundo Walter Benjamin (1985), a informação contida nos jornais propicia o empobrecimento da narrativa.

Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e; de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação. [...] Essa forma lapidar [a informação] mostra claramente que o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos [...] (BENJAMIN, 1985, p. 202).

A narrativa exige o pleno conhecimento daquilo que vem de longe e o narrador viajante vai ao encontro da riqueza dos fatos para enobrecer suas histórias.

Observamos que, mesmo diante da imposição da informação, um gênero que ameaçava não apenas a narrativa como o romance, Euclides trabalhou o mesmo conteúdo e soube popularizar sua narrativa no mesmo ritmo da informação. Sua narrativa não teve o

⁴ No original: "... Il s'irrite contre les demi-verités qui sont des demi faussetés, contre les auteurs qui n'altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les mœurs, qui gardent le dessin des événements et en changent la couleur, qui copient les faits et défigurent l'âme ; il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et parmi les anciens, en ancien. "

peso do conteúdo de um romance e sim a leveza e o frescor da informação. A forma apresentada soava n'Os Sertões como algo daquele momento. O poder da sua narrativa concentrou-se em conservar suas forças para desenvolver-se com o passar do tempo. Já a informação vive do fator novidade, sendo essa a sua grande força.

Para a narrativa, Euclides utilizou-se da fonte de outros narradores: a experiência passada de uma para outra pessoa. Ele ouviu testemunhas e utilizou termos regionais para aproximar suas histórias daquelas contadas pelos declarantes. Outra fonte utilizada foi sua própria experiência vivida *in loco*. O autor possuía a arte de narrar. Muitos outros presenciaram a guerra, colheram testemunhos, produziram informações, mas não foram capazes de narrar os fatos com a mesma argúcia de Euclides. Em seu grande texto, ele foi descritivo nos dois primeiros capítulos e bastante analítico no terceiro, o que tornou seu texto didático.

Euclides da Cunha seguiu para Canudos a fim de acompanhar também o desfecho de um levante que desafiara o exército e a República. Partiu desprovido de experiências para o evento, pois lhe faltavam informações precisas sobre o que realmente se sucedera naquele momento, naquele sítio, com aqueles nativos que lá viviam. Teodoro Sampaio forneceu cartas topográficas e informações precisas sobre a região do conflito, tanto ao exército como ao correspondente de guerra. Como militar, o nosso correspondente de guerra não havia passado por nada igual, nem mesmo na construção de fortificações na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião da Revolta da Armada, entre os anos de 1893 e 1894. Assim, o nosso narrador viajante parte para o seu “destino”, onde encontraria seus arquétipos para elaboração de seu romance: cenário, personagens e o enredo. A partir desse encontro, surge o momento de se elaborar o estilo da produção de nossa história – a estilização. Euclides cria estilo próprio, rompendo com a produção mecânica que seguia os modelos do decadente romantismo. O nosso escritor assume indiretamente uma missão: a desmistificação dos mitos criados quando da elaboração da nossa história pelos literatos oitocentistas, harmonizando-se com o projeto de criação do futuro, projeto que exigia bom senso. Em sua obra, a visão do paraíso é substituída pela visão do inferno quando ele constrói a primeira parte da obra – A Terra.

Assim é que a ‘celeridade de uma marcha’, e marcha militar, deu ao estilo de Euclides uma intensidade sem precedente em nosso regime sedentarista de

tintas classicistas e tendência retroativa. Euclides é um escritor brasileiro cuja expressão está constantemente sacudida de um ‘élan’, [...] outros pormenores daquele momento [...] a sensação de conflito, o amargor da dissociação do litoral e os confins do Brasil, escavada até as raízes mais profundas da alma... tudo entra, em alvoroço, na composição instantânea do estilo de Euclides, para nunca mais abandoná-lo (FORTES, 1990, p. 10-1).

Um dos objetivos da geração acadêmica de Euclides era a exploração do interior do País como meta de desenvolvimento nacional, um “dever patriótico”, como citou Walnice Galvão; para essa geração de modernizadores, seria por meio de grandes obras que alcançariam o desenvolvimento. Euclides trilhou dois caminhos nesse mesmo interior para a construção do País: a engenharia e a Literatura. Esta exigia engenhosidade, pois Euclides deveria ter um bom domínio da língua portuguesa para, definitivamente, conquistar o mundo da arte literária. Essa seria também uma batalha a ser enfrentada.

2.2 O purismo da língua vs nacionalidade linguística e literária

Desde a nossa independência da metrópole, os intelectuais já buscavam formas de construir a nacionalidade do País. Havia a intenção de fortalecer a língua portuguesa no Brasil por meio da “nacionalidade linguística e literária”. Macedo Soares⁵, em 1880, ressaltou o compromisso da nacionalidade da língua no advento da independência. Então, a partir daquele período, passando pelo fim do Império e adentrando a República, acirrou-se a discussão entre o purismo da nossa língua e a nacionalização da língua portuguesa falada no Brasil.

Com o fim do Império, havia de se esperar que o País finalmente se libertasse da dominação portuguesa no mundo das letras. No entanto, no início da República, Rui Barbosa primava pelo purismo da língua, pois via a realidade linguística no Brasil como um dialeto da língua portuguesa e criou grande imbróglio no senado para a aprovação de uma lei.

Assim, o retardamento para aprovação do 1º Código Civil brasileiro foi atribuído por vários historiadores ao impasse suscitado pelo uso da linguagem questionado por Rui

⁵ Antonio Joaquim de Macedo Soares (1834 – 1905), jurista e literato, elaborou o *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* em 1888.

Barbosa. No entanto, devemos recordar que nos tornamos independentes em 1822 e essa destacada discussão sobre a redação da lei teve forte intensidade em 1902.

A lide pela aprovação do Código Civil brasileiro se prolongou por mais alguns anos, sendo finalmente sancionado em 1916, portanto, 94 anos após nossa independência. Vale ressaltar que vários foram os motivos dessa postergação, dentre eles o econômico e o político, como já citados, mas a linguagem utilizada para a elaboração foi o destaque como principal entrave no trâmite da legislação, um empecilho gerado pela velha artimanha política.

Essa disputada batalha foi certamente a de maior valor na língua portuguesa do Brasil e ressoou no campo da literatura em sua época.

O ano de lançamento de *Os Sertões* coincidiu com o ápice dessa disputa linguística. Como agiam os produtores literários nesse período em relação às suas próprias obras? Tomando Euclides da Cunha como exemplo, podemos imaginar a preocupação com a linguagem empregada naquele momento: Euclides teve a produção de sua obra esgotada praticamente no ato de seu lançamento, logo sendo providenciada a 2ª edição.

Euclides da Cunha entrou em contato com Francisco Escobar por carta em que lamentava a grande quantidade de erros diversos na primeira edição da obra (tipográficos e gramaticais, por exemplo). Antes que a 2ª edição ficasse pronta, Euclides decidiu “tentar” corrigir a anterior. Assim,

Euclides apavorado com a crítica gramatiquera que lhe poderiam fazer por alguns descuidos de revisão, corrigiu, depois de impressos *Os Sertões*, vários erros tipográficos (os mais graves) a nanquim e ponta de canivete, em cerca de mil exemplares (primeira edição) (GALVÃO, 2009, p. 237-8).

Destarte, Euclides deixa transparecer sua preocupação com a apresentação da obra.

2.3 A posição de Euclides em relação à literatura de seu tempo

Podemos acreditar que vários são os fatores que nos levam a concluir quais foram alguns dos pontos seguidos por Euclides da Cunha para elaborar *Os Sertões* quanto à forma apresentada. Um deles deve-se à noção precisa que o escritor tinha do modo de produzir um texto literário inovador, partindo de uma imbricação com as diferentes ciências

discutidas naquele momento, fenômeno que ocorria na Europa. A obra de Euclides foi avaliada por diversos críticos. Após análise feita por José Veríssimo, Euclides da Cunha se justificou ao crítico pelo uso de vocabulário estritamente técnico e científico, respondendo a Veríssimo que

[o] consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano [afirmando que] o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a avidez característica das análises e das experiências (CUNHA, 1966, p. 620-1).

José Veríssimo era tendente ao nacionalismo linguístico.

Alberto Rangel, que foi também um progressista e seguiu os passos de Euclides da Cunha, tinha como objetivo participar da “modernização das pequenas cidades [...] contribuindo para a construção da nação republicana [...]” (ABREU, 1998, p. 101). Formou-se engenheiro militar em 1899 e nos anos de 1900 a 1907 atuou como engenheiro civil no Amazonas, lançando, em 1908, sua primeira obra, *O Inferno Verde*, prefaciada pelo nosso engenheiro Euclides. Alberto Rangel analisou a escrita de Euclides da Cunha, afirmando ser

O vocábulo [...], resultado de uma escolha, é ipso facto o elemento identificador, a manifestação de uma maneira, no processo individual da forma. Participa do feitio do escritor, entrando pelo caráter da preferência, no facies peculiar a cada temperamento e a cada estilo. Não é somente um material, é um arranjo e um sistema. O desuso de palavras, reconhecido a todo momento numa língua, é a confissão de sua morte lenta e por inanição [...] E não é o português de uma riqueza tal, que assim se possa ir-lhe desperdiçando, por imprestável e velho, o patrimônio. Enriquecer um idioma é também não lhe deixarem esfriar os sinais componentes, servindo-se da multiplicidade dos seus elementos constitutivos, ressurgidos a cada passo [...] O arcaísmo deve ser portanto uma exceção, uma anquilose fortuita e inexplicável nos órgãos particulares da comunicação. Euclides compreendeu-o muito bem. Foi mais longe, e, em sentido contrário, acariciou o neologismo imposto pelas condições da vida moderna, e amou os brasileirismos, soprados na exigência da vida sertaneja; não se espantando na adoção das raízes ou desinências tupis, cujas derivações vivificam, desaguando, através dos tempos, tantas expressões nossas, domésticas ou mateiras, indizíveis pelo rol clássico de Moraes ou de Vieira (CUNHA, 1966, p. 50-1).

O autor, no momento da elaboração de seu texto, criava sua forma própria; seu estilo distingue-se de outros grandes escritores; sua linguagem apresenta-se variada, com traços do simbolismo, parnasianismo e, principalmente, do impressionismo. Seus traços únicos aproximam-no qualitativamente à oratória castiça de Rui Barbosa e ao estilo romancista de Machado de Assis, dentre outros já consagrados em seu tempo.

Euclides e seus contemporâneos colocaram-se num lapso entre o decadente romantismo e o modernismo. O estilo da obra maior inaugurado por Euclides é tido como referência para a produção literária, não sendo ele o único a apresentar textos produzidos com a “fôrma” de *Os Sertões*. O ex-militar utilizou do seu arsenal duas potentes armas, a das ciências e a da sensibilidade, reforçado da sua perícia no manuseio do verbo, municiando-se sempre da melhor palavra armazenada no paiol dos sábios: o dicionário. A análise de Alfredo Bosi d’*Os Sertões* na forma textual afirma que

[é] na semelhança que repontará a diferença: onde o orador loquaz e o palavroso literato buscavam o efeito pelo efeito, o homem de pensamento adestrado nas ciências exatas, perseguia a adequação do termo à coisa: e a sua frase será densa e sinuosa quando assim o exigir a complexidade extrema da matéria assumida no nível da linguagem (BOSI, 2006, p. 308).

Posteriormente, ainda em *Os Sertões*, abandonou tais teorias para poder manifestar em seus relatos aquilo que presenciou em Canudos. A incongruência de Euclides em “ter” que produzir um texto literário com linguagem científica fez com que ele começasse e não terminasse nessa linha *Os Sertões*. As bases científicas não lhe dão sustentação até o final, além de saber que está fazendo literatura e que tem o poder/direito de criar. Ele assumiu a posição de libelista; posição criada pela força, pela emoção, pela comoção devido à enormidade cometida contra o sertanejo indefeso presente naquele rincão do Brasil. Contudo, ele busca fundamentações em teorias de estudiosos como

[...] Teodoro Sampaio, Derby, Spix, e Martius, Hartt, Gardner, Burton, Halfeld, Rathburn, Allen, Aires do Casal, Príncipe de Neuwied, Wells, Bulhões, Lopes Mendes [...] os seus Broca [...] Gumpłowicz [...] Foville [...] Tanzi. Parecia-lhe, e talvez isso lhe proviesse da cultura matemática que vivia (SODRÉ, 1966, p. 35).

Mesmo manifestando preferência pela teoria científicista e com seus respectivos elaboradores já consagrados, a partir de um determinado momento, nosso autor apresentou uma mudança de propósitos em seu discurso. Tal mudança ocorreu após contato com o sertanejo no teatro de operações. “A suposta racionalidade científicista cede lugar, passo a passo, para uma narrativa apaixonada e inequivocadamente comprometida” (ARAÚJO, 1998, p. 66). Assim, Euclides ocupou uma posição objetiva nas duas primeiras partes e subjetiva na terceira parte, posições atinentes ao historiador e ao narrador respectivamente.

A realidade apresentada ao autor consentiu aflorar a sua honestidade intelectual, destacando a importância da obra no campo social. Aquilo que antes se apresentou seguro no seu argumento de autoridade como justificativa das causas dos conflitos se enchem agora de “dúvidas, reticências, silêncios e frases entrecortadas, à medida que a narrativa se aproxima do final” (ARAÚJO, 1998, p. 66). Euclides, enfim, viu as diferenças entre o Brasil do litoral e o Brasil do sertão. “A retórica científicista revela-se, deste modo, vazia frente a um discurso indignado e tenso de denúncia: o narrador positivista ‘sistematiza a dúvida’” (ARAÚJO, 1998, p. 66, grifos do original).

Herbert Fortes traz um pequeno trecho da rica história grega e cita como fonte um material produzido por Giorgio de Santillana (1902-1974)⁶. Fortes recorta, a partir do conteúdo citado acima, do texto de Santillana, os nomes de Heráclito e Demócrito, dois pré-socráticos, e suas posições. Ambos eram naturalistas e preocupavam-se com o mistério das origens cósmicas e, por falta de base objetiva que sustentasse suas ideias, prenderam-se às aparências. Sócrates, sabendo ser o homem o conhecedor das leis do espírito e, por consequência, não se importar com o tempo e o espaço cósmicos e sim com o tempo histórico e o espaço social, entende ser esse espaço o da cidade, logo um espaço humano, um espaço de qualidade que, portanto, cresce moralmente.

O filósofo ateniense destaca ainda que a grandeza humana está na alma e nas particularidades que ela pode absorver e desenvolver, resultando a união do homem pelo amor com o objetivo de praticar virtudes para um melhor conhecimento entre si, renunciando à opulência, às armas de guerra, à soberania de um povo sobre outro etc.

⁶ Professor, historiador e filósofo da ciência. Dedicou-se ao estudo dos pré-socráticos em suas fontes helênicas.

A partir desse recorte, observamos dois polos: o primeiro composto por Heráclito e Demócrito como naturalistas e o segundo polo, por Sócrates humanista. Essa oposição traz também a posição de Euclides na obra. Sabemos que as ciências utilizadas por Euclides também buscavam embasamentos para suas ideias, pois o método taineano, a título de exemplo, “[...] era bem simples de praticar, embora muito difícil de comprovar” (FORTES, 1990, p. 10).

Entendemos que Euclides pôde, portanto, após exposição do teor acima, ou ter optado por continuar com um cientificismo desprovido de teorias comprobatórias ou, seguindo a linha socrática, optado pela moralidade – característica humanista –, pois os valores do homem que Euclides considerava verdadeiros eram o caráter e a sinceridade.

Euclides, enfim, certificou-se dos acontecimentos, o que lhe permitiu “cumprir a sua missão” como o porta-voz daqueles sertanejos que viveram por mais de três séculos excluídos da sociedade e sem direito à fala dentro do discurso literário. Naquele momento, Euclides resgatou o pobre e o trouxe para a nossa literatura. Um pobre que, pela rudeza do local, desprovido do básico como alimento, habitação, saúde, dentre outros recursos essenciais, forja sua tenacidade e sua cultura. E, assim como Sócrates, o autor buscou promover a união do homem pelo amor, atingindo, dessa maneira, a integração entre litoral e sertão, promovendo o desenvolvimento pretendido pelos progressistas.

As linhas científicas adotadas por Euclides da Cunha para produção d’*Os Sertões*, como explanado, são a determinista de Taine, a evolucionista de Spencer, e o darwinismo racial, todas convergidas para a tentativa de explicitar o fenômeno social ocorrido em Canudos. A forma de elaboração textual em conjunto com as teorias aplicadas por Euclides, juntamente com o conteúdo histórico, permitiram ao engenheiro ser o iniciador das ciências sociais no Brasil. Sua obra foi tomada como referência, após mais de trinta anos de lançada, quando cientistas sociais atentaram que aqueles dois brasis continuavam coexistindo tal como apresentado por Euclides e, a partir de então, iniciaram-se efetivamente as pesquisas de cunho científico-sociais.

Outro fator que pode ter levado Euclides a buscar uma escrita diferente foi a necessidade de atrair a atenção de um público, de acordo com Costa Lima, “pouco dado a leitura”, uma vez que seu libelo não poderia deixar de ser lido e nem ser tratado apenas e

tão somente como mais uma simples obra literária, mas sim obra a abalar o País com sua denúncia.

O grande texto euclidiano posiciona-se, repetindo, nos dois polos da mesma discussão linguística, ou seja, ao mesmo tempo em que prima pelo purismo da língua, é também um veículo propagador da nacionalização da língua portuguesa no Brasil.

Meio a esse imbróglio, surgiram nomes que assumiam tanto uma como outra posição. Por ocasião da fundação da ABL, em 1897, Joaquim Nabuco, como secretário geral da Academia, citou como principal questão se a Instituição teria ou não sua unidade literária com Portugal e, em seu discurso, posicionou-se afirmando que

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós, devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles... a língua há de ficar perpetuamente *proindiviso* entre nós; a literatura, essa tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois hemisférios (COUTINHO, 2003, p. 354).

Diante desse impasse, foi mantida uma situação, permanecendo de um lado os regionalistas – os escritores sertanejos – e, juntamente com esses, um escritor autêntico que lançou uma escrita inovadora, híbrida em nossa literatura para aquele momento – Euclides da Cunha –, perfilando em posição oposta à maioria dos acadêmicos. Assim, *Os Sertões* de Euclides assumiu uma posição de destaque e passou a ser objeto de análise.

A passagem do século XIX para o XX foi marcada por uma série de acontecimentos em todo o mundo. O veloz avanço tecnológico na Europa, já desde o século anterior, influenciou algumas nações recém-independentes no Novo Mundo. Ainda na esteira do romantismo, podemos observar como a literatura tratou essa mudança, trabalhando o passado no sentido do saudosismo, um refluxo para o universo rural, o qual repontou inicialmente na Alemanha e logo ganhou outros países daquele continente. O homem não abria mão do progresso, mas, ao mesmo tempo, não queria desligar-se da vida rural. O homem romântico idealizava o campo como o espaço da pureza, da honestidade e do real contato com a natureza, ao passo que o cotidiano urbano encontrava-se carregado de maldades, malandragens e corrompido pela avidez do enriquecimento rápido a todo custo.

A fonte geradora desse progresso, no Brasil, era a capital federal. Nela, um grupo de literatos que manteve suas escritas voltadas para as coisas do campo foi rotulado de escritores sertanejos, mas eis que no dia a dia havia também uma nítida divisão entre eles e o grupo dos escritores que trabalhava o cotidiano urbano.

A crítica literária do momento conhecia nomes da literatura regionalista como Afonso Arinos, Coelho Neto, Silvio Romero, Artur Azevedo, Araripe Júnior, Franklin Távora e José Veríssimo. O caminho para se trilhar o reconhecimento das letras era bastante sinuoso. Os integrantes desse grupo eram ou de pequenas províncias ou mesmo de centros desenvolvidos, mas localizados no “Norte” do País.

O mercado livreiro, na segunda metade do século XIX, era dividido entre a Livraria Garnier e a Laemmert. A primeira, fundada em 1844, publicou e distribuiu obras de grandes autores, como Balzac, Walter Scott, Dumas, Dickens, além dos nossos maiores escritores do período, como José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Gonçalves Dias, Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, José Veríssimo, Clóvis Beviláqua e Machado de Assis, dentre outros.

A Garnier manteve na própria sede uma confraria de escritores chefiada por Machado de Assis, na qual se reuniam ele e mais onze. Machado de Assis era o único com cadeira permanente entre os “doze apóstolos”, os demais se revezavam de acordo com a fama alcançada.

Diante desse panorama, os escritores das “coisas do interior” não tinham muitas opções, ou participavam daquele seletivo grupo da Rua do Ouvidor, como assim era também conhecido o grupo de Machado de Assis, ou publicavam suas produções em fascículos dos periódicos, ou mandariam seus materiais para impressão na Europa. Euclides da Cunha, dotado de personalidade avessa ao apadrinhamento, optou por contratar e pagar a Laemmert e, assim mesmo, teve que contar com apoio de José Veríssimo como avalista da empreita. Em correspondência destinada a Francisco Escobar, ele ressalta a necessidade do aval ao amigo:

Uma menção indireta teria Escobar por destinatário, naqueles mesmos dias, quando o autor comenta quanto lhe foram úteis os préstimos do escritor: ‘Estive no Rio. E lá deixei entregue ao Laemmert, os meus *Sertões*, título que dei ao livro que aí te li em parte. O contrato que fiz, não precisava dizer, foi desvantajoso – embora levasse à presença daqueles honrados saxônicos

um fiador de alto coturno, José Veríssimo – de quem sou hoje devedor, pela extraordinária gentileza com que me tratou (GALVÃO, 2009, p. 199).

Não apenas o teor regionalista, mas a forma da escrita desses artistas mantiveram os dois blocos em posições opostas.

Para Berthold Zilly, sendo o sertão tanto espaço físico como sociedade, era algo desconhecido para Euclides da Cunha e para o litorâneo. Euclides tinha de estabelecer pontes entre o conhecido e o desconhecido para entender e se fazer entendido pelos civilizados do Brasil. A referência de cultura para a parte letrada do Brasil era a Europa e as fontes culturais eram a História e a Literatura da antiguidade, agregando-se ainda algumas noções de evolucionismo e positivismo. Diante do desconhecido, Euclides optou pelas comparações implícitas e explícitas, fez analogias com o que era familiar ao leitor e a ele próprio. A partir disso, a linguagem figurada serviria para comunicação com seu leitor, o que facilitaria também seu próprio entendimento diante daquela convulsão que presenciou. Assim, o linguajar difícil é resultado de uma busca para dizer o indizível, para exprimir a realidade do interior do Brasil – de um Brasil desconhecido – para brasileiros que vivem em, ou com, uma “civilização de empréstimos”. Euclides apresentou “uma dose de ambição poética, de ostentação de cultura geral, de obsessão por escrever difícil, típico do parnasianismo do fim do século” (ZILLY, 2001, p. 43). É considerado um “escultor de palavras” (FREIRE *apud* RABELO, p. 251), como assim chamou Gilberto Freyre.

Zilly continua, em seu ensaio, afirmando existir um

Problema na avaliação de *Os Sertões* como fonte, de um lado, e narração baseada em fontes, por outro lado, é também a linguagem e o estilo, ou seja, aquele aspecto que até agora temos tentado deixar de lado, embora inutilmente: o literário. A linguagem segue a tradição clássica do estilo elevado, o *genus sublime* dos gregos e romanos. O léxico junta: a) o termo científico moderno; b) o termo rebuscado e antiquado da tradição lusitana e parnasiana da literatura brasileira; e c) o vocábulo autóctone, regional, nordestino. Euclides usa muitos termos populares, apesar do horror que tem ao vulgar [...] Tem a cientificidade do naturalismo, mas não sem relativa aproximação com a fala do povo (ZILLY, 2001, p. 42).

Os Sertões exigem uma leitura livre de possíveis tentativas de emparelhamento com quaisquer outros gêneros para que possa fluir. No entanto, o leitor não pode deixar de

atentar para as diversas áreas de conhecimento que a obra abrange. Candido comenta sobre a posição que a obra assume na relação com a literatura – como um marco literário – e ainda com outras ciências, colocando em destaque

[...] entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior) (CANDIDO, 2000, p. 122).

O entrave maior da língua portuguesa no Brasil, quanto ao purismo, ocorreu no final do século XIX, o mais intenso desde a nossa independência. Durante o romantismo, no Brasil, alguns escritores já defendiam o abasileiramento do português, opondo-se aos defensores vernaculares. O surgimento de Euclides no ápice da discussão linguística permitiu que o colocassem como um escritor de postura arcaizante e sua obra com traços de clássico luso. No entanto, a constante preocupação do autor em fazer reparos nas edições seguintes o direcionou para o caminho da evolução da nossa língua literária, retificando inclusive a ortografia. Euclides e seus contemporâneos posicionaram-se entre o pós-romântico e o pré-modernismo. O estilo euclidiano foi fortemente preterido pelo movimento modernista devido à postura castiça.

No entanto, mal sabiam os modernistas que em Euclides contavam com um abrigo de caminhos. As numerosas emendas a que submeteu as sucessivas edições de *Os Sertões*, enquanto viveu, apontam para um progressivo abasileiramento do discurso. No longo processo de emendar o seu próprio texto, a prosódia vai ganhando da ortoépia, esta sim portuguesa, mostrando que o ouvido do autor ia desautorizando sua sintaxe e, principalmente, sua colocação de pronomes, anterior (GALVÃO, 2009, p. 28).

Ainda de acordo com Walnice Galvão, o modernismo deu “continuidade a algumas das preocupações” do autor quanto às populações do interior do País, na ocasião em que mapeou em sua obra temas explorados doravante pela arte e por intelectuais diversos. Tais temas adentraram o romance regionalista da década de trinta e as ciências sociais nos anos quarenta. A principal continuidade dada pelo modernismo foi a recusa da imitação dos

valores europeus. Nesse sentido, Euclides buscava a modernidade do País também na escrita.

Anteriormente, citamos duas importantes personagens que influenciaram de forma direta a maneira de Euclides estruturar sua obra maior, dois pilares responsáveis pela sustentação da obra: Victor-Marie Hugo (1802 – 1885) e Hippolyte Adolphe Taine (1823-1893). A partir de agora, nos deteremos um pouco mais em cada um deles para melhor compreendermos suas influências na produção euclidiana, ou seja, como se deu a construção a partir dessa sólida base.

Victor Hugo exerceu influência direta em vários escritores da escola romântica em diferentes países. No Brasil, agiu sobre diversas gerações: Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Castro Alves, Machado de Assis, que inclusive traduziu para a nossa língua *Os Trabalhadores do Mar* e, na esteira do naturalismo, influenciou fortemente Euclides da Cunha. Sendo este hugoano desde muito jovem, aderiu à forma do poeta aplicada em um romance e, posteriormente, a adaptou e inseriu n'Os *Sertões* uma ampla teoria científica propriamente dita. A criação euclidiana certamente superou suas referências.

Não temos intenção de trazer a biografia do poeta francês, entretanto, ao atentar para sua posição social, poderemos ter a noção precisa daquilo que Hugo abriu mão para produzir uma literatura de engajamento. Victor Hugo nasceu em berço: filho de general do exército francês; recebeu títulos de nobreza e de Cavaleiro da Legião de Honra de seu país; consagrou-se poeta laureado aos trinta anos de idade e, aos quarenta, já havia ingressado na Academia Francesa de Letras. Por ocasião da sua posse na academia, fez um discurso um tanto diferente, ressaltando a necessidade de se desprender mais atenção às massas desvalidas, dando-lhes mais importância e, conseqüentemente, proporcionando-lhes melhores condições de vida. Essa postura revela, certamente, a intenção de inflamar os demais membros da academia com o objetivo de provocá-los a pensar sobre o tema e produzirem também uma literatura voltada para essa classe.

A Revolução de 1848, também já citada aqui, mas com outro viés, marcou a posição de Victor Hugo em favor do povo articulador da revolta. Nesse momento, o poeta defendeu a democracia e a república. Hugo teve como bandeira maior a luta pelas

grandes causas da humanidade e, assim, “aliou-se às causas do povo repetidas vezes, correndo o risco de perder, como de fato perdeu, seus privilégios” (GALVÃO, 2009, p. 90).

A escrita hugoana era farta de hipérboles, antíteses – luz e treva, libertação e opressão, espírito e matéria, sublime e grotesco, metáforas titânicas etc –, oxímoros.

Sua obra principal que aqui nos interessa é *Quatrevingt-treize (Noventa e três)*, pela grande similitude com *Os Sertões*. Grande admirador de Victor Hugo, Euclides da Cunha seguiu vários passos do poeta francês: lia assiduamente sua produção, assumiu também a causa republicana e produziu uma literatura de denúncia. Nos anos 1883 e 1884, Euclides já escrevia para o jornal estudantil *O Democrata*, produzindo prosa e verso e, nesse periódico, escreveu alguns poemas sobre a Revolução Francesa enaltecendo os líderes Danton, Robespierre e Saint-Just.

Walnice Galvão destaca a venerabilidade de Euclides da Cunha para com Victor Hugo, citando que

Numa crônica datando de seus verdes anos no jornalismo, Euclides homenagearia Victor Hugo por ocasião do quinto aniversário de falecimento do francês, em 1890. Saúda o ‘prodigioso sonhador’, ‘o temperamento apaixonadíssimo’, ‘o heroico panfletário’, ainda por cima ‘aberto à dor universal’. Mas, bem a seu modo e consoante seu ideário, alerta para o fato de que para ser o maior homem do século a se findar faltou-lhe apenas a *Ciência* para corrigir o sonho (GALVÃO, 2009, p. 95).

Euclides já possuía uma *Vendeia* brasileira em seu pensamento artístico. Em sua mocidade, já escrevia sobre temas contidos em *Noventa e Três*. Buscou em vários episódios de convulsões ocorridas tal comparação, mas todos de que tomou conhecimento foram de pequena monta.

A república brasileira tem também a sua *Vendeia* perigosa. Não fazemos, nesta aproximação histórica, a injustiça de compararmos em tudo aos perturbadores de hoje os rudes bretões, que se fizeram os últimos cavaleiros da velha monarquia derruída [...] rebelados e ousados, extinguindo, numa desordem maravilhosa, a admirável simetria dos batalhões republicanos, procurando as vitórias através dos incêndios e das ciladas – ligava-lhes, entretanto, os corações o liame indestrutível de um sentimento comum. Não encontramos isto nos que, unicamente pela maneira por que perturbam o começo da república, se equiparam aos heroicos vendeianos [...] a República vence-los-á, afinal, como a grande revolução à *Vendeia*, com uma diferença fundamental porém – a glória do republicano francês foi verdadeiramente brilhante, graças à própria grandeza dos vencidos [...] (CUNHA, 1966, p. 593-4).

Quando eclodiu a guerra de Canudos, Euclides da Cunha viu nesse movimento a grande possibilidade de semelhança, pois a revolta foi inicialmente tratada como um levante monarquista e, logo, antirrepublicano, assim como na Vendeia de Hugo. Euclides então intitulou seus dois artigos publicados nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897, n'O Estado de São Paulo, com o título “A Nossa Vendeia”.

Com as diversas grandes baixas ocorridas nas forças regulares – Polícia do estado da Bahia e exército – nos três primeiros combates e o próprio sensacionalismo criado em torno do movimento, aumentou a crença de todos de que se tratava, de fato, de um movimento antirrepublicano.

Euclides da Cunha, então, partiu com a certeza de que encontraria em Canudos “A Nossa Vendeia”. No entanto, ao chegar a Salvador, em 21 de agosto, tomou conhecimento da declaração do coronel Carlos Teles, que afirmou “não acreditar que [houvesse] intuítos monárquicos entre os fanáticos” (CUNHA *apud* LIMA, p. 18, 2000).

Essa descoberta alterou significativamente o pensamento de Euclides. Assim, ele teve que se superar, pois “A Nossa Vendeia” não existia, não tínhamos um foco pró-monárquico no nosso sertão. Contudo, manteve a engenhosidade arquitetada do seu pensamento sobre a Vendeia hugoana e buscou adaptar a sua escrita à realidade exposta no interior baiano. Foram essas adaptações que provavelmente criaram as diferenças e, conseqüentemente, engrandeceram sua criação em relação à sua obra de referência – Quatrevingt-treize.

Noventa e Três segue um modelo criado por Taine em *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863-1864). Hugo, em *A Vendée*, trabalha o ponto de vista da paisagem, do homem e da luta. O modo de Euclides utilizar a formulação taineana, associando às ciências, adequa sua obra ao pensamento contemporâneo, proporcionando-lhe credibilidade e autoridade.

A definição de **história total** ou **acontecimento histórico total**, em história, deu-se a partir de *Histoire de la Littérature Anglaise*, quando o pensador apresentou a composição desse texto formada por três níveis caracterizados pela raça, meio e momento. O modelo elaborado por ele tinha por meta dar mais credibilidade e autoridade ao texto, tornando a narrativa mais verdadeira e com maior amplitude. A história total tinha

como intuito fazer com que um acontecimento, para tornar-se grandioso, devesse ser relatado por apenas um historiador. O objetivo dessa forma de se fazer história era dissimular a dimensão narrativa do evento com a utilização das ciências e, assim, ocultar a subjetividade do narrador. Essa teoria posicionou Euclides como historiador e ainda permitiu posicioná-lo como narrador dentro da obra.

O método taineano antecipou o modelo proposto pela escola de historiadores franceses, *Annales*, cujo objetivo principal, em linha geral, era dar objetividade ao texto e deixar que a história falasse por si só e seu narrador não fosse percebido; esse método pouco é citado na crítica literária formulada a *Os Sertões*. Euclides, já no início de seu trabalho, citou Taine. Essa menção pode ser o indicativo do arcabouço que o autor utilizará para a construção de sua obra. O excerto de Taine em Nota Preliminar traz um historiador cujo intento é relatar a verdade em sua totalidade, deixando claro, já nesse início, que apresenta uma história total ou um acontecimento histórico total.

Estudos comparativos têm sido feitos entre *Noventa e Três* e *Os sertões*, no entanto, a teoria taineana contida nesses textos novamente não é citada. O papel de Taine avança no campo da psicologia, quando Edgar Salazar de Decca enfatiza “[...] a importância do pensador na aplicação dos conceitos de psicologia na interpretação histórica e acredito ser este mais um dos elos entre a obra de Taine e a de Euclides da Cunha” (DECCA, 2002, p.170).

Por pretender-se científica, a história total escrita por Euclides em *Os Sertões* almejava ser da estatura da *História da guerra de Peloponeso* [...] Ao contrário de uma ideia de história, em voga em nossos dias, de que um acontecimento pode ser narrado de muitas maneiras diferentes, para Euclides um acontecimento só poderia tornar-se grande se se houvesse *um e apenas um* historiador capaz de narrá-lo [...] a historiografia do século 19 procurou ocultar a sua dimensão narrativa ou retórica por meio de procedimentos pretensamente científicos capazes de dissimular a subjetividade daquele que narra a história [...] (DECCA, 2002, p. 165-6).

Assim, Euclides comprometeu-se na reconstrução da verdade dos fatos, visto que já havia versões desencontradas, tendenciosas e até inverídicas sobre Canudos, além da luta original da república contra “A nossa Vendeia” não passar de uma grande falácia. O próprio Euclides teve sua credibilidade abalada mesmo antes de chegar ao palco do teatro

de operações e prontificar-se a fornecer, por meio de sua escrita, uma interpretação fidedigna de todo o ocorrido, reconstituindo de modo sistemático a verdade dos fatos.

Uma história total. Essa foi a estratégia elaborada pelo “militar” Euclides e, provavelmente, sua organização tenha elevado a obra a uma posição de difícil superação.

Euclides instituiu *Os Sertões* como composição histórica de onde podem ser gerados inúmeros e múltiplos processos sociais e acontecimentos. O modelo de história total talvez explique melhor as relações entre as duas primeiras partes da obra [...] com a terceira [...] Afinal de contas, os acontecimentos de ‘curta duração’ são resultado de correlações de forças naturais e sociais que lhes são anteriores e são menos importantes do que os outros dois movimentos profundos (DECCA, 2002, p. 167-8).

Sua produção seguiu o modelo de interpretação elaborado pelo historiador Taine. A posição tomada pelo historiador que conduz a história não permite que sejam cometidos excessos na avaliação da obra, embora *Os Sertões* abarquem diversas ciências.

Qual a grandiosidade histórica de *Os Sertões* para sua época? Euclides narrou o episódio de Canudos como único historiador. Nenhuma outra obra referente a Canudos conseguiu ombrear *Os Sertões*. Euclides conseguiu escrever “uma obra definitiva de história total” (DECCA, 2002, p. 165).

Por que um texto inovador para seu tempo? Acreditamos não haver ainda uma resposta precisa para essa pergunta. O que não quer dizer que as já apresentadas não estejam corretas, seja no campo da psicologia, da sociologia, da arte e outros que por ventura possam agraciar a grande obra euclidiana. Certamente surgirão ainda respostas que estarão também corretas, dependendo da perspectiva sob a qual se aborde.

CAPÍTULO 3

A construção intelectual d'*Os Sertões*

“O livro *Os Sertões* é notável como literatura e notável como ciência ao mesmo tempo.”
(Gilberto Freire, 1944).

3.1 Fatores que contribuíram para o surgimento de Canudos e sua manutenção como foco de resistência

O período entre séculos de que estamos tratando aqui surgiu com bastantes indefinições: estávamos sem rei, sem escravo, sem padre e sem produção – fim do Império, fim da escravidão, início de um Estado laico e, por fim, um período de estagnação econômica em que predominava a especulação financeira –. Tais ausências revelaram a total dependência ao antigo regime e a falta de políticas públicas ou mesmo de planejamento para reformulações. Todo o País estava negligenciado pela sua nova administração.

A falta de planejamento de governo pôde ser observada pela postura militar no início da República. Deodoro da Fonseca sofreu um golpe de estado dado pelo seu próprio vice-presidente, Floriano Peixoto, que permaneceu no poder até o ano de 1893, passando o governo para os civis.

Não apenas os militares como também os republicanos civis sentiram o malogro de uma república mal consolidada. O povo continuou preterido pelo Estado. Até mesmo aqueles que preconizaram a abolição não foram capazes de buscar uma integração da massa liberta à sociedade e integrá-la ao Estado nacional moderno que estava se consolidando na época.

A falta de políticas públicas permitiu a formação de grupos que buscavam, por meios próprios, soluções para os inúmeros problemas sociais. Assim, surgiram revoltas e movimentos populares em várias regiões do país. Tratemos aqui da Revolta de Canudos e, principalmente, de como ela foi debelada.

De acordo com Maria Aparecida Morgado, temos que levar em conta o motivo da criação das forças regulares no País para tentarmos entender como funciona a segurança interna no Brasil. Morgado afirma:

[...] a Guarda Nacional – uma polícia política, que deu origem à Força Pública e à Polícia Militar – não foi criada em 1831, para proteger a população, mas o Estado, os interesses econômicos de setores da classe dominante que, por meio de um golpe, tomaram para si a condução política. O inimigo a ser violentamente reprimido foi representado pelos excluídos da condução da economia e da distribuição das riquezas, que reivindicavam alterações nas relações de poder. Esse aparato policial jamais foi extinto. Agiu com especial violência em todos os momentos em que setores dominantes viram nas organizações de oposição e nos movimentos populares alguma ameaça [...] (MORGADO, 2001, p. 40).

Observa-se, portanto, a natureza das forças regulares no Brasil. Como era de se esperar, a Polícia Militar da Bahia e, posteriormente, o Exército Brasileiro foram a Canudos onde o uso da violência era tido como certo, pois a propaganda difundida pela imprensa para sensibilizar e mobilizar a opinião pública era que estávamos vivendo uma guerra no interior da Bahia. No entanto, Euclides, ao presenciar a ação dos militares para com os prisioneiros, sentiu-se cúmplice dos assassinatos cometidos no Arraial. Os militares, quando capturavam um prisioneiro, o amarravam pelo pescoço e o levavam para um local do acampamento onde determinavam que o preso bradasse “Viva a República”, mas o mesmo nunca obedecia e os carrascos logo o degolavam com um golpe de facão. Era essa a pena imposta para todos que caíssem nas mãos da tropa regular. Até mesmo aqueles que se renderam tiveram o mesmo fim.

No ano inicial dos conflitos – 1896, Euclides acabara de desligar-se das fileiras do Exército e encontrava-se no interior do estado de São Paulo. As informações que chegavam a ele eram pela imprensa que já havia noticiado inverdades. Ricardo Oliveira afirma no texto *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo* que “[...] a imagem de Canudos [...] foi na verdade uma construção feita e alardeada através da imprensa nas capitais litorâneas, principalmente a partir da pregação dos devotos jacobinos [...]” (OLIVEIRA, 2002, p. 6).

A utilização da imprensa pelo Exército para propagar rumores e assim justificar seu *modus operandi* em Canudos também foi assinalada por Robert M. Levine (1995), como podemos observar no excerto abaixo.

[...] as histórias acerca da incompetência militar e de um suposto fanatismo monárquico que começava a emergir pareciam verdadeiras ameaças à própria estabilidade do governo nacional. Obviamente, a maioria das declarações eram falsas, o que, no entanto, não faziam a ameaça parecer menos real. Oficiais tão influentes quanto o general Artur Oscar Andrade Guimarães, comandante do Segundo Distrito Militar e líder da quarta e última expedição contra Canudos, distribuíam gentilmente aos repórteres cópias falsificadas de cartas que relatavam, por exemplo, o uso, por parte dos líderes monarquistas, da casa de verão do imperador em Petrópolis como base de articulação de um complô para derrubar a República. Isso serve bem para demonstrar como o conflito havia inflamado os ânimos: o general Artur Oscar alimentou propositalmente a ansiedade geral, espalhando boatos para a oposição e oferecendo aos repórteres a sua interpretação política dos acontecimentos [...] (LEVINE, 1995, p. 52-3).

No dia 7 de março de 1897, os jornais do Rio de Janeiro anunciaram a morte do comandante da 3ª expedição a Canudos, Coronel Moreira César, e o desbaratamento de sua tropa. As notícias dessa derrota levaram a população da Capital à desordem generalizada, culminando com a destruição das sedes dos jornais de cunho monarquista e ao assassinato de Gentil de Castro, porta-voz dos Bragança, no dia seguinte à desordem. Euclides deixara-se enredar por todo esse equívoco no início, mas começou a mudar sua postura diante do conflito.

De acordo com Silvio Rabelo, autor de uma biografia de Euclides da Cunha, foi dentro de Canudos que o nosso jornalista pôde presenciar “[...] um espetáculo arrepiante de miséria [...] a última degradação da vida humana [...] sentiu tanto a necessidade de desferrar-se do crime que assistia. Sentia-se mesmo um pouco cúmplice dos seus principais autores [...]” (RABELO, 1948, p. 170). Diante das incontáveis degolas, o nosso escritor viu-se obrigado a denunciar os crimes de guerra cometidos pelos militares. Ele passou por dois momentos de total inquietação: o primeiro é ainda longe de Canudos quando se susteve de informações alheias e, em seguida, foi a Canudos e viveu a experiência de um combate; o segundo foi conviver com as fortes imagens e a angústia, até o fim de sua vida, em relação a Canudos.

3.2 Os *Sertões*: um romance de denúncia

Os escritores brasileiros do século XIX, mormente, tomaram para si a incumbência de escreverem sobre a nossa terra, colocando a Literatura como base para ossificar a nação. Boa parte das obras desse período foi elaborada sob o viés histórico, entremeado com a fantasia para a construção dos mitos fundacionais. No final desse período, o nosso romance histórico sofreu uma mudança e se voltou para os problemas sociais contemporâneos. Candido afirma serem “[...] nossos escritores [...] [os] verdadeiros delegados da realidade [...]” (CANDIDO, 1993, p. 27). A partir dessa tomada de posição, o romance nacional tomou forma de denúncia e adentrou no Realismo. A nossa literatura apresentava muito da realidade social, mantendo uma postura empenhada visto que, mesmo antes de 1822, ela já se apresentava como referência para divulgação de causas diversas.

A literatura nacional refletia, quase que na totalidade, a nossa sociedade. Poucos escritores não atuaram, no início da nossa literatura, dessa maneira e esses foram vistos como aqueles que não conheciam a nação. Assim, de acordo com Mônica Velloso, a obra literária atuava “[...] como uma espécie de documento destinado exclusivamente ao registro dos fatos” (VELLOSO, 1998, p. 240). No entanto, pensando a literatura com essa única visão, deixa-se de pensar a realidade de forma objetiva e, sobretudo, subjetiva. O escritor, no seu relato, mostra a sociedade sob a sua ótica pessoal “modificando-a ou até mesmo negando-a” (VELLOSO, 1998, p. 240), podendo manifestar-se contra o real em que a própria sociedade, por vezes, rejeita ver-se como parte integrante.

Embora sob o formato de relato histórico, baseado em parâmetros científicos vigentes na época, *Os Sertões* não se limita ao caráter documental,

em lugar de retratar o real, [o que Euclides da Cunha buscou foi transfigurá-lo] [...] E é problematizando a realidade histórica, transformando-a em aventura, que o autor constrói sua obra. A História se confunde com a história. A realidade histórica é mero instrumento, matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade (VELLOSO, 1998, p. 241).

Euclides mostrou-se preocupado com a nacionalidade pela qual nossa literatura vinha se pautando. Ele trabalhou o fato ocorrido em conjunto com os instrumentos vigentes

do cientificismo e assim seguiu a direção trilhada pelos intelectuais de seu tempo. Dessa maneira, Euclides endossou seu discurso na forma objetiva e colocou-se, posteriormente, como escritor, dando o caráter subjetivo para o texto, o qual teve como embrião o fato histórico.

[...] a obra histórica guarda certa dose de subjetividade, a literatura não se indispõe com certos parâmetros da realidade objetiva. É por isso que a obra literária também pode oferecer um retrato de época. Ela recorre à história não na perspectiva de testemunho ocular ou repórter dos fatos, mas como intérprete, capaz de recriar poeticamente a realidade. História como matéria inspiradora para a ficção, reinvenção da realidade (VELLOSO, 1998, p. 259).

Estrategicamente, Euclides foi testemunha ocular em Canudos, relatou os fatos oficialmente de forma objetiva e, posteriormente, se “reclousou” para melhor analisar e interpretar o ocorrido a fim de recriar a realidade por ele vivida. Assim, Euclides transformou a história em arte.

O romance, com objetivo de unir a história à arte, apresenta-se como um gênero da literatura engajada e capaz de primar pelo princípio da verossimilhança. Mas, para ser engajado, é preciso que seu autor tenha “uma atitude refletida, voluntária e lúcida [...] [e ainda possua] a recusa de toda espécie de imparcialidade ou de passividade com relação ao real representado [...] apelar as suas capacidades [do leitor] de julgamento crítico ou de indignação, a fim de convertê-lo à ação” (DENIS, 2002, p. 88).

Tratemos agora de um termo similar: a *literatura de engajamento*, cujo conceito é mais abrangente, pois, embora se constitua de textos combativos e temas de interesse coletivo, permite-nos perceber o empenho do escritor em um espaço temporal mais amplo.

Benoit Denis destaca quatro momentos da história com seus principais representantes para ilustrar um grande período do engajamento: “o período pré-clássico, com Pascal; o das luzes, com Voltaire; o pré-romântico com Germaine de Staël e Chateaubriand; e o romântico com Hugo” (DENIS, 2002, p. 108). Tais períodos e seus representantes guardam suas similitudes com as relações de literatura engajada do século XX, como teorizadas por Sartre.

O período romântico marca a atuação notável de um poeta francês na política: Victor Hugo. Embora outros grandes escritores tenham se enveredado nessa empreita, logo se

desiludiram e, conseqüentemente, se afastaram da política por terem percebido a exigência que a literatura reivindicava quanto à autoridade e à liberdade. O poeta francês conciliou essa díade, tendo sido um estadista atuante que “pôde realizar [...] o seu sacerdócio: ele [tornou-se] a partir desse momento, um poeta vingador e visionário, do qual o exílio atesta o caráter profético e o isolamento emblematiza a autonomia conquistada pela literatura” (DENIS, 2002, p. 185).

Vale lembrar a posição da literatura no início da modernidade:

Ela reivindica a sua singularidade e o direito de não ser julgada segundo os critérios da moral social ordinária; ela conquista por esse meio a sua autonomia e torna-se numa consciência aguda dela mesma, das suas possibilidades e das suas finalidades; porém, ao mesmo tempo, ela se retira da vida social, opõe à emergência do capitalismo industrial uma lógica aristocrática da gratuidade e da arte desinteressada, e mantém-se afastada do debate político e da vida pública (DENIS, 2002, p. 198).

A literatura, após essa “ruptura” com a sociedade, exige que o escritor seja tão somente um porta-voz dos valores literários e artísticos. Entretanto, “[...] seus textos são retirados da contingência da vida pública” (DENIS, 2002, p. 202), retornando, ainda no final desse século, a política à literatura.

Se a obra *Os Sertões* não atende à possibilidade de ser uma obra engajada, conforme a visão de Sartre, por outro lado, acreditamos que ela reflita o engajamento da literatura, podendo ser entendida como um romance de denúncia. O motivo dessas definições dá-se principalmente pelo fato de Euclides da Cunha, atuando como um exímio libelista, assumir abertamente o motivo maior do texto: a denúncia.

O romance de denúncia tem como princípio básico trabalhar um fato histórico do passado recente e tão somente recente, uma vez que, quando se formula uma denúncia, ela tem por objetivo revelar algo ou participar um autor por ato irregular cometido, cuja ação ocorreu ou não – a intenção aqui pode também ser levada em consideração – e, tendo ocorrido, fazer com que o agente causador seja admoestado ou sancionado pela lei e a mesma o coíba de repetir ou impedir a execução da ação danosa.

O texto euclidiano deixa claro que um de seus objetivos é formalizar uma denúncia aos seus compatriotas da capital federal sobre o uso desproporcional da força aplicada pelo

Exército Brasileiro contra um grupo de nacionais esquecidos ou ignorados pelo Estado no interior do País. Estes, por ocasião dos conflitos, foram rotulados como pró-monarquistas para ser justificada a atuação da instituição, cujo objetivo era erradicar o levante e consolidar a república recém-instaurada.

Euclides, em nota preliminar da referida obra, afirmou: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (p. 10).

Bosi também destaca a denúncia como a função maior do texto, e realça ainda a sua referência cultural como indispensável ao seu estudo, acrescentando serem

Os Sertões [...] um livro de ciência e de paixão, de análise e de protesto: eis o paradoxo que assistiu à gênese daquelas páginas em que alternam a certeza do fim das ‘raças retrógradas’ e a denúncia do crime que a carnificina de Canudos representou (BOSI, 2006, p. 309).

Assim, julgamos necessário destacar a importância da literatura como veículo de informação aos leitores, que, no caso de Euclides da Cunha, eram especificamente os homens do litoral, embora o texto de denúncia seja dirigido para toda a sociedade. A obra euclidiana apresenta-se carregada de fatos não revelados pelas laudas historiográficas, fortalecendo, dessa maneira, o seu caráter de denúncia.

3.3 O intelectual Euclides da Cunha

3.3.1 Euclides positivista e evolucionista

A postura cientificista de Euclides da Cunha o retrata como um adepto da teoria evolucionista. No entanto, encontramos renomados historiadores considerando-o positivista. Há de se entender que o positivismo e o evolucionismo são doutrinas distintas, podendo ser desarmônicas em alguns pontos, logo a dificuldade de articulação e adesão a ambas em um mesmo tempo por um único indivíduo.

Os pesquisadores Natália Peixoto Bravo de Souza e Gastão Galvão⁷ indagam como surgiu a associação de Euclides ao positivismo, visto que sua produção bibliográfica apresenta traços característicos do evolucionismo de Herbert Spencer.

Assim como esses dois pesquisadores, traçaremos breve definição das duas doutrinas, como ainda as prováveis circunstâncias que elegeram Euclides da Cunha positivista.

Alguns seguidores do positivismo afirmam ter sido Augusto Comte seu fundador. A doutrina

[...] surge na França do início do século XIX e tem como ideias principais a lei dos três estados⁸, a hierarquia dos conhecimentos e o encadeamento dos fatos históricos a partir de uma perspectiva temporal evolutiva, o que minimiza a margem de ação dos seres humanos na história, uma vez que, independentemente de nossas vontades, os fatos se desenrolarão de acordo com as leis gerais que regem os acontecimentos no mundo. Propõe, neste sentido, uma lei positiva que, supostamente, preside a História.

[...] a doutrina positivista prima pela proposição da ação, e não pela contemplação, ou seja, deseja estudar somente aquilo que possa ser comprovado cientificamente e que seja resultado de ações concretas, e não de abstrações [...] para Comte, o que interessava era resolver o problema da pobreza, um dado concreto da sociedade e resultado da ação de seres humanos, e não identificar as causas desse problema. [Comte] propunha a proteção dos mais fracos pelos mais fortes e a criação de leis sociais e trabalhistas, de modo a dignificar a pobreza e a proteger o trabalhador. Evidentemente, Comte não se pronunciou sobre as causas reais da pobreza, nem culpabilizou os industriais ou o grande capital por isso [...] (SOUZA e GALVÃO, 2007, p. 178).

A doutrina de Comte era também baseada em fundamentos científicos. O filósofo francês sistematizava conhecimentos já divulgados. Sua doutrina diferenciou-se de outras correntes devido a dois pontos básicos: a lei dos três estados e o catecismo positivista cuja intenção era fundar uma religião com base nos fundamentos da Igreja católica.

Herbert Spencer baseou-se nos teóricos Charles Robert Darwin, médico e naturalista, e Thomas Robert Malthus, estudioso das Ciências Sociais, para formular a doutrina do evolucionismo. O primeiro teórico “defendia a ideia da seleção natural das

⁷ No texto *O estigma de uma obra: a trajetória de Euclides da Cunha e suas reapropriações sob o ponto de vista do positivismo e do evolucionismo*

⁸ Lei dos três estados: teológico, metafísico e positivo.

espécies” (p. 179), ao passo que Malthus “acreditava que também entre os homens imperava a lei dos mais fortes. Os mais fracos [tendiam] a desaparecer” (p. 179).

A visão de Spencer era semelhante à de Malthus quanto à guerra entre os homens, eles a viam como positiva, pois fazia parte do processo de seleção entre os homens.

[...] A competitividade seria inerente à luta pela vida na qual os homens estão engajados, e qualquer tentativa de interferir nessa competição poderia alterar os resultados que seriam alcançados caso a ‘natureza’ tivesse sido respeitada. Como se pode ver, Spencer era um entusiasta do liberalismo, muito diferente da ideia de ditadura republicana e da presença do Estado como regulador da ordem social, como aparece em Comte (SOUZA e GALVÃO, 2007, p. 180).

Observamos, então, que o positivismo pregava a prática de políticas sociais para compensar a desigualdade social e a proteção dos mais fracos pelos mais fortes, ao passo que o evolucionismo acreditava na adaptação do homem ao meio e esse meio como determinante para sua sobrevivência, pois somente os mais adaptados evoluíam e sobreviveriam.

O Euclides da Cunha positivista está mais ligado à sua biografia que à bibliografia produzida por ele.

Euclides da Cunha é visto como positivista em dois momentos distintos de maior destaque: o primeiro, após ter deixado as fileiras do Exército, e o segundo na década de 30. Antes de ingressar na Escola militar, conheceu Benjamin Constant, um dos principais articuladores e também proclamadores da República, ardoroso defensor do positivismo, lecionava na Escola militar e no Colégio Aquino, instituição que Euclides travou seu primeiro contato com ele. A Escola militar era um polo propagador do positivismo.

Nicolau Sevcenko, no texto *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*, faz menção a Euclides ainda como correspondente de guerra e formado em engenharia pela escola militar da Praia Vermelha. Euclides, nesse momento citado por Sevcenko, não havia lançado *Os Sertões*, sua posição evolucionista surgiu justamente na sua primeira obra. A postura afluída em Euclides era de um militar, fato que pode ter levado Sevcenko a vê-lo como positivista. Mônica Velloso intitula Euclides como positivista

pelo fato de essa doutrina utilizar metodologia científica tal como o evolucionismo e algumas outras ideias comuns às duas teorias.

O segundo momento de destaque para considerar Euclides como positivista ocorre nos anos da década de 1930:

[...] A partir desse momento, as teses culturalistas passaram a ganhar mais espaço nos meios acadêmicos. Antropólogos como Frans Boas, que influenciaram importantes intelectuais brasileiros, como Gilberto Freire e o euclidiano Roquete Pinto, passaram a atribuir os males sofridos pelas supostas raças inferiores a questões de cunho social, e não racial [...] (SOUZA e GALVÃO, 2007, p. 182).

A doutrina evolucionista spenceriana trazia como referência as teorias de Darwin e Malthus principalmente, teorias raciais e, como havia nesse período a intenção de “santificar” o escritor, nada mais inapropriado do que ressaltar suas características evolucionistas nessa época” (SOUZA e GALVÃO, 2007, p. 183).

3.3.2 Euclides sociólogo

No Brasil, o romance histórico em momentos distintos apresentou propostas também diferentes. A sua força maior surgiu já no início do período pós-independência. Como é sabido, havia a necessidade da criação do mito da nacionalidade e da valorização de tudo que era essencialmente nacional e que pudesse elevar o País como Estado independente da sua antiga metrópole. Quanto ao início do referido período, Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira* nos afirma que

O decênio que vai de 1830 a 40 é a certos respeito a época mais valiosa e memorável da história do Brasil. Nunca tivemos tanta audácia e nunca mostramos tão bom senso. Nunca houve tanta indisciplina, nem tanta energia e desprendimento. A velha colônia com João VI e Pedro I tinha apenas mudado de senhor; o português ainda imperava; a Regência trouxe-nos a posse e a consciência de nós mesmos. (ROMERO, 1949, v. III, p. 31).

Com a decadência da escola romântica, o romance histórico brasileiro passou a questionar outros pontos. Assim, podemos perceber a passagem de um conteúdo meramente histórico para um conteúdo sociológico.

Euclides, sensível às mudanças na produção literária, investiu-se também da função de sociólogo. Parte das denúncias proferidas por ele apresenta tal perspectiva. O autor atribuiu o surgimento de Canudos ao abandono de quatro séculos e, devido a esse descaso, o comportamento social de seus integrantes tornou-se peculiar.

O isolamento do interior do Brasil em relação ao litoral foi um dos fatores que contribuiu para a formação do grupo seguidor de Antônio Conselheiro e a consequente guerra: “[...] o estranho território, a menos de quarenta léguas⁹ da antiga metrópole, predestinava-se a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história [...]” (CUNHA, 1998, p. 20), como se fosse outro Estado. Partindo das reflexões sobre as consequências desse isolamento, o sociólogo Euclides inaugura essa ciência não apenas na sua obra para o Brasil como também para parte da América.

O isolamento de Canudos deu-se também pelo aspecto geográfico. A “terra santa” escolhida por Antônio Conselheiro, uma fazenda de gado desativada, era cercada por uma cadeia de montanhas, fato que dificultou ainda mais a chegada de algumas vias de comunicação. Além do aspecto geográfico, temos o habitudinário – gerado pelos usos e costumes – e ainda o estrutural – psíquico –, consequente de deficiências da estrutura física de algumas pessoas. Os diversos tipos de deficientes físicos sempre sofreram tratamentos discriminatórios desde a Antiguidade e muitos desses que viviam no sertão fizeram coro no grupo dos seguidores de Conselheiro.

A título de ilustração, Mário Vargas Llosa destaca, em *A Guerra do Fim do Mundo*, obra baseada em *Os Sertões*, algumas personagens deficientes como um anão e o Leão de Natuba, o escriba de Antônio Conselheiro¹⁰.

Adelino Brandão destaca na obra *Canudos: A Sociologia d’ Os Sertões* a importância do Euclides da Cunha sociólogo quando este menciona o isolamento do lugarejo.

⁹ Medida de distância que, no Brasil, equivale a 6.600m.

¹⁰ “Nasceu com as pernas muito curtas e a cabeça enorme, de modo que os vizinhos de Natuba pensaram que seria melhor para ele e seus pais que o Bom Jesus o levasse logo, pois, no caso de sobreviver, seria aleijado e retardado. Só a primeira previsão acabou acontecendo [...]” (LLOSA, p. 126).

Assim como foi descrito, tal fenômeno [o isolamento], que teria acontecido com a população sertaneja, foi estudado por Euclides da Cunha, abordagem que confirma o caráter moderno de *Os Sertões* em relação a um conceito que o sociólogo brasileiro previu, focalizou e exemplificou, antecipando-se, em decênios a Mannheim¹¹ e aos cientistas sociais de nossos dias (BRANDÃO, 1996, p. 41).

Vale ressaltar que Euclides não teve a intenção de produzir uma obra de cunho essencialmente sociológico e/ou antropológico. No entanto, as observações sobre a marginalidade do homem do interior do “Norte”, a cultura do grupo, sua forma de organização funcional – suas instituições sociais – dentre outros aspectos observados e registrados na sua obra serviram, como ainda servem, de material para tais ciências.

Os mecanismos parcos da insipiente Sociologia da época foram grandes aliados de Euclides na formulação de seu libelo.

Na leitura de Maria Jose de Rezende:

Aparentemente a obra *Os Sertões* estaria seguindo uma linearidade que vai da terra para o homem e para cultura. No entanto, uma leitura atenta do primeiro capítulo deste livro mostra que o modo de Euclides da Cunha apresentar a paisagem física deriva de sua compreensão a paisagem social. Esta última é que fundamenta as suas reflexões sobre aquela primeira. Em várias páginas ele demonstrava a degradação no plano físico a partir da degradação social. Ele, muitas vezes, está falando das condições sociais e políticas nas entrelinhas quando fala da terra. A ideia de força e de violência aplicada à constituição da paisagem física tinha fundamento na paisagem social (REZENDE, 2001, p. 204).

Na segunda parte da obra, temos o homem e suas características representando a inospitalidade do meio, a qual influenciou no processo de formação das raças daquela região, apresentando em sentido amplo o sertanejo, esmiuçando o jagunço, encerrando a análise em Antônio Conselheiro. Euclides, falando das raças formadoras do homem do interior – branca, negra e indígena, entra na questão da mestiçagem, seguindo o mesmo plano dos nossos historiadores e literatos, principalmente de Sílvio Romero. No entanto, no decorrer da obra, ele se redime e enaltece a raça surgida das misturas, denominando-a de “a rocha viva da nacionalidade” (p. 116).

¹¹ Sociólogo judeu nascido na Hungria. Foi professor de Sociologia em Frankfurt a partir de 1934.

O posicionamento adotado por Euclides a respeito da miscigenação inicia a desmistificação de uma forma de pensar daquele momento. Como já dito, a “panfletagem governamentista” difundida pela cartilha do Instituto Histórico, elaborada por Martius, foi uma das responsáveis pelo preconceito racial existente e bastante forte até os nossos dias.

As duas primeiras partes da obra *Os Sertões* abordam o espaço físico e o sertanejo. O recurso utilizado por Euclides foi baseado nas ciências como Geologia, Geografia, História e Sociologia, as quatro principais. Desse modo, o autor utilizou as teorias científicas disponíveis para tentar justificar o ocorrido, mas, como as ciências também buscavam respostas para suas teorias, os argumentos iniciais do autor não foram suficientes para aquele estudo de caso. A partir daí, entra em cena de forma mais veemente o literato que já dava sinais da sua presença através da forma poética nos relatos da terra e do homem.

Tomando como objetivo principal deste texto a denúncia, a parte de maior importância torna-se justamente o último ponto: a luta. Nas duas primeiras partes do romance, tivemos um cientista cujo perfil é a imparcialidade, a descrição dos fatos e o ambiente, ao passo que, na terceira, temos o narrador, figura que deixa sua marca no relato. A descrição se transforma em narração. São justamente as marcas das atrocidades presenciadas por Euclides que revelaram, não apenas para os leitores de seu tempo como também para as gerações seguintes, a barbárie ocorrida no sertão baiano contra os filhos da terra.

Após essa breve análise, ressaltamos que não é o nosso objetivo nos aprofundarmos no campo da Sociologia, visto ser exigido grande fôlego devido à profundidade do assunto. O nosso objetivo é, sobretudo, literário, terreno que Euclides elegeu para palmilhar e seguir, posteriormente, para poder atingir seu alvo.

3.4 A Guerra de Canudos

A guerra travada no interior da Bahia no final do século XIX foi representada, de um lado, por combatentes que simbolizaram uma sociedade detentora dos poderes econômico e político, a qual tinha como adversário um grupo composto por pessoas relegadas e sem oportunidades de acompanhar o progresso pregado na costa do país. As diferenças entre

os grupos antagônicos que se encontraram no teatro de operações eram inúmeras e a que mais se destacou foi a logística, intensamente utilizada pelas forças do Estado.

Os desentendimentos entre as partes e a consequente negligência dos governos estadual e federal deram o rumo para o uso da força. Com o uso dos aparelhos do Estado, inicialmente da Polícia Militar baiana e posteriormente do Exército Brasileiro, optou-se pela aplicação da força física sem qualquer possibilidade de diálogo. Tal decisão impediu a inserção de novas ideias que representassem o progresso e também a impossibilidade da manutenção de uma cultura existente naquele sítio que se mantivera conservada pelo distanciamento, para não falarmos pelo isolamento, e assim integrarem esses dois brasis formando finalmente uma nação.

O uso excessivo da força visou exterminar um inimigo anunciado nos veículos de comunicação. Tais notícias contagiaram os brasileiros que defenderam uma república recém-nascida, lembrando que foram esses mesmos brasileiros que, no surgimento do regime, de acordo com Aristides Lobo, “assistiram bestializados” imaginando ser o ato da proclamação um desfile militar. Euclides transcreveu n’*Os Sertões* a fuzarca ocorrida nas ruas do centro do Rio de Janeiro após publicações de matérias inverossímeis sobre o falso risco que corria a República enfrentando os “monarquistas” *insurrectos* em Canudos. Alguns líderes do governo tiraram proveito do momento de instabilidade social para defenderem seus objetivos.

Foi necessário o envio de quatro expedições para extinguir o movimento de Canudos. A última delas fora comandada pelo então ministro da guerra, General Bittencourt, que teve como objetivo eliminar toda a gente do Arraial e ainda destruir toda “cidade de taipa” com explosivos e incêndios.

A ideia fixa da total destruição de Canudos e sua gente manifestou-se também no mais alto escalão do governo federal:

No quartel-general do exército abriram-se inscrições para o preenchimento dos claros de diversos corpos. O presidente da República declarou, em caso extremo, chamar às armas os próprios deputados do Congresso Federal; e, num ímpeto de lirismo patriótico, o vice-presidente escreveu ao Clube Militar propondo-se valentemente cingir o sabre vingador [...] (CUNHA, 1998, p. 354).

À medida que as expedições eram deslocadas para Canudos, sobressaíam as diferenças de força entre o jagunço e as instituições regulares.

O Estado, que ignorou o sertanejo e o isolou no tempo e no espaço, tentou resolver a desigualdade criada entre as culturas com o uso de seu arsenal bélico.

O caso, vimo-lo anteriormente, era mais complexo e mais interessante. Envolvia dados entre os quais nada valiam os sonâmbulos erradios e imersos no sonho da restauração imperial. E essa insciência ocasionou desastres maiores que os das expedições destroçadas. Revelou que pouco nos avantajáramos aos rudes patrícios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos de nossa idade de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (CUNHA, 1998, p. 350).

No texto inteiro, Euclides questionou o uso demasiado da força contra os conselheiristas.

As guerras, sendo regulares ou não, são sempre marcadas pelas atrocidades das partes. A batalha psicológica tem um peso preponderante nos conflitos e, dessa maneira, o inimigo busca atingir o oponente para enfraquecê-lo, culminando com ações para desencorajá-lo.

O Exército em Canudos utilizou da degola e da estripação dos canudenses em geral, não importando o sexo e a idade do jagunço ou mesmo se o “inimigo” havia sido capturado em combate ou se rendido espontaneamente.

A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente. Naqueles ares pairava, ainda, a poeira de Moreira César, queimado; devia-se queimar. Adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo; devia-se degolar. A repressão tinha dous polos – o incêndio e a faca (CUNHA, 1998, p. 546).

O texto do libelo euclidiano, já desde o início, configura-se muito claro quando o mesmo redigiu “Um grito de protesto”. Tal trecho da obra bem resume o que foi a Guerra de Canudos em se tratando de violência descabida, abuso de poder e ainda o descaso com a

História, como se o episódio lúgubre não fosse marcar negativamente as nossas laudas historiográficas. Então vejamos:

Ademais não havia temer-se o juízo tremendo do futuro.

A História não iria até ali.

Afeiçoara-se a ver a fisionomia temerosa dos povos na ruinaria majestosa das cidades vastas, na imponência soberana dos coliseus ciclóticos, nas gloriosas chacinas das batalhas clássicas e na selvatiqueza épica das grandes invasões. Nada tinha que ver naquele matadouro (CUNHA, 1998, p. 547).

A distância geográfica e o isolamento no tempo por quatrocentos anos vividos pelos habitantes de Canudos geraram a sensação da impunidade aos militares que comandaram as expedições no interior baiano.

A construção do Arraial foi vista como uma “cidadela mundéu”, ou seja, uma fortificação pela tenacidade e resistência por manter-se erguida e seus habitantes permanecerem inabaláveis no combate, mas, ao mesmo tempo, tudo aquilo se apresentava vulnerável pela estrutura com que fora arquitetada apenas com madeiras frágeis e barro. Os canudenses não possuíam a robustez dos combatentes dos conflitos épicos.

O sertão é o homízio. Quem lhe rompe as trilhas, ao divisar à beira da estrada a cruz sobre a cova do assassinado, não indaga do crime. Tira o chapéu e passa.

E lá não chegaria, certo, a correção dos poderes constituídos. O atentado era público. Conhecia-o em Monte Santo, o principal representante do governo, e silenciara. Coonestara-o com a indiferença culposa. Desse modo a consciência da impunidade, do mesmo passo fortalecida pelo anonimato da culpa e pela cumplicidade tática dos únicos que podiam reprimi-la, amalgamou-se a todos os rancores acumulados, e arrojou, armada até os dentes, em cima da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminoso e paga para matar (CUNHA, 1998, p. 546).

O insulamento gerou a sensação de ser aquele sítio desprovido de justiça, prevalecendo os desmandos dos donos de terras que aplicavam a violência por meio de grupos armados para satisfazerem suas vontades. As forças legais viam na guerra de Canudos o enfrentamento a esses grupos.

A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desforrava-se afinal. Encontrou nas mãos, ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca relembra-lhe melhor o antigo punhal de sílex lascado. Vibrou-a. nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro (CUNHA, 1998, p. 548).

O ambiente de aspecto rudimentar despertou o primitivismo tanto nos militares como nos jagunços. O massacre de Canudos teve um aspecto de guerra convencional devido à utilização do armamento moderno da época.

Nos dois primeiros combates, os conselheiristas possuíam apenas algumas espingardas velhas, “arma de matar passarinho”, chuços de vaqueiros, foices e varapaus. A terceira expedição, que fora totalmente dizimada, tinha um efetivo de aproximadamente 1.300 homens, cada um com 200 tiros e mais 60.000 tiros na reserva. Foi a partir desse momento que os jagunços começaram a travar uma batalha belicamente equilibrada.

Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia, implacável e revolta; sem altitude, porque deprime o assunto; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos [...] (CUNHA, 1998, p. 548).

Euclides sintetizou seu protesto referindo-se à violência nos combates.

Alguns poucos militares que não tiveram suas sensibilidades totalmente anestesiadas pelas agruras do combate foram combalidos diante das marcas da peleja nos integrantes da cidadela que não participaram diretamente do confronto, principalmente mulheres, crianças, idosos e inválidos da toda espécie.

Os primeiros, ou melhor, as primeiras prisioneiras, meia dúzia de mulheres com pequenas e raquíticas crianças ao colo, afeiçoados a fetos devido à grave inanição, e os filhos maiores entre seis a oito anos, também muito debilitados, acompanhavam as mães caminhando ao lado. “As infelizes em andrajos, camisas entre cujas tiras esfiapadas se repastavam olhares insaciáveis [...] Eram como animais raros num divertimento de feira” (CUNHA, 1998, p. 501). Posteriormente, outros grupos de prisioneiros foram surgindo no acampamento, continuavam a chegar mais mulheres e crianças e começavam a chegar alguns homens feridos em combates, todos “trôpegos, arrastados e exaustos” (CUNHA, 1998, p. 540).

Já próximo ao final da guerra, mais precisamente a dois de outubro daquele ano, uma grande massa de prisioneiros, guiada por Antônio Beato, rendeu-se às forças regulares.

A entrada dos prisioneiros foi comovedora [...]

Os combatentes contemplavam-nos entristecidos. Surpreendiam-se; comoviam-se. O arraial, *in extremis*, punha-lhes adiante, naquele armistício transitório, uma legião desarmada, mutilada, faminta e claudicante, num assalto mais duro que o das trincheiras em fogo. Custava-lhes admitir que toda aquela gente inútil e frágil saísse tão numerosa ainda dos casebres bombardeados durante três meses. Contemplando-lhes os rostos baços, os arcabouços esmirrados e sujos, cujos molambos em tiras não encobriam lanhos, escaras e escalavros – a vitória tão longamente apetecida decaía de súbito. Repugnava aquele triunfo. Envergonhava. Era, com efeito, contraproducente compensação a tão luxuosos gastos de combates, de reveses e de milhares de vidas, o apresamento daquela caqueirada humana – do mesmo passo angulhenta e sinistra, entre trágica e imunda, passando-lhes pelos olhos, num longo enxurro de carcaças e molambos [...] (CUNHA, 1998, p. 581).

Os horrores das batalhas continuavam assustando e comovendo os militares mais tenazes ali presentes. Surgiu em uma nova leva de prisioneiros uma idosa que

[...] Tinha nos braços finos uma menina, neta, bisneta, tataraneta talvez. E essa criança horrorizava. A sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida já cicatrizada... A face direita sorria. E era apavorante aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, no vácuo de um gilvaz.

Aquela velha carregava a criação mais monstruosa da campanha. Lá se foi com seu andar agitante, de atáxica, seguindo a extensa fila de infelizes [...] (CUNHA, 1998, p. 583).

3.4.1 As baixas ocorridas nas forças legais

Os números de Canudos são imprecisos. Como já vimos, houve por parte do Estado e do Exército a intenção de manipular, de interferir no controle do imaginário da população propagando informações e dados numéricos incorretos. Assim sendo, o número de baixas nas forças legais, composta por militares do próprio Exército e da Polícia Militar da Bahia, é inexato. No entanto, não deixa de ser significativo, pois esses militares eram também

cidadãos vítimas da mesma guerra descabida. A maneira como a terceira expedição foi empregada, ou melhor, mal empregada no combate, sem qualquer estratégia, extremamente cansada, mal alimentada e sedenta, sem a logística necessária, colhendo um resultado desastroso, pode ser, como narrado por Euclides, vista como uma denúncia contra os comandantes que encaminharam esses militares para morrerem em Canudos.

Mais adiante, Euclides tornou clara a denúncia do despreparo dos comandantes militares ao afirmar:

[...] não tínhamos um exército na significação real do termo em que se inclui, mais valiosa que a existência de alguns milhares de homens e espingardas, uma direção administrativa, técnica e tática, definida por um estado-maior enfeixando todos os serviços, desde o transporte das viaturas aos lineamentos superiores da estratégia, órgão preparador por excelência das operações militares.
Faltava tudo [...] (EUCLIDES, 1998, p. 360).

O autor não escreveu mais detidamente sobre a quantidade de conselheiristas mortos nos combates, mas destacou alguns incidentes com números. Foi narrado o episódio trágico em que um grupo de aproximadamente quarenta sertanejos se abrigavam sob uma imensa lajem suspensa por duas rochas, quando uma granada alvejou uma das pedras de sustentação, vindo a grande proteção sepultar todos de uma só vez. Adiante, Euclides, de forma bastante eloquente, narrou o fim dos combates da segunda expedição, mencionando as baixas do grupamento de sertanejos que tendo os combatentes, transformados em crentes, voltavam para o arraial carregando em pálios simples os cadáveres dos mártires da fé. Era essa a missão piedosa, “o fúnebre cortejo seguia agora para Canudos [...]” (EUCLIDES, 1998, p. 280).

Outra quantidade de perdas, porém pequena, foi de um grupo de onze jagunços que assaltaram um acampamento para destruir um canhão, mas apenas um conseguiu escapar, os demais foram sumariamente mortos pelos soldados. Euclides muito citou as substituições sucessivas nas linhas de tiro quando um conselheirista era atingido, imediatamente outro assumia a posição.

Euclides nada relatou em sua obra sobre os dias 3 e 4 de outubro e, em 5, o arraial calou-se em definitivo. No entanto, antes de calarem-se para sempre, seus últimos

jagunços enfrentaram com destemor uma tropa “infinita” de militares: “eram quatro apenas: um velho, dous homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (CUNHA, 1998, p. 585).

Embora Euclides fosse claro quanto ao objetivo de *Os Sertões*, a denúncia pelo uso desproporcional da força na campanha de Canudos sobre um povo que permanecera abandonado no interior do País, que se consumara em um crime. Ele próprio afirmou não ter tido intenção de defender os sertanejos e sim formular seu libelo contra aqueles que coordenaram as expedições militares com objetivo de exterminar toda população local.

A denúncia permeia toda a obra, sendo o autor pragmático nas duas primeiras partes e narrador na última. Seu ponto de partida para a escrita final foi a *Caderneta de Campo*. Nela, Euclides registrou tudo que presenciou e o que não viu colheu de fontes seguras para dar autenticidade à escrita final.

O lapso temporal de cinco anos entre a guerra e o lançamento da obra permitiu que sua memória selecionasse os fatos e, dessas escolhas, elaborasse um texto literário de significativo valor. Como afirmou o próprio autor, “a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica” (p. 256). Euclides trouxe a monstruosidade do combate de forma eloquente, permitindo ao leitor analisar e conhecer a hinterlândia e os patrícios que lá viviam e, ainda, a forma como foram dizimados.

CONCLUSÃO

“Vemos quanto é forte esta alavanca _ a palavra _ que alevanta sociedades inteiras, derriba tiranias seculares...”
(Euclides da Cunha, 1888).

O fim do Império no Brasil representou o desmantelamento da tradicional economia escravocrata. O regime monárquico foi extinto para que ideias de progresso fossem colocadas em prática e se direcionasse o País para o desenvolvimento. Os ideais republicanos que vinham sendo cultivados por parte da elite intelectual brasileira, desde a década de 1870, encontraram, durante uma forte crise econômica nacional, o momento certo para se instaurar. Criou-se a República sob a égide do Exército Brasileiro.

A necessidade de modernização do País foi sentida em todos os setores. Fazia-se mister também a estruturação da nacionalidade. Éramos já um Estado, mas não ainda uma nação. Bertold Zilly comenta sobre o sistema inverso pelo qual passamos e cita exemplos para melhor esclarecer a situação, em que

Diferentemente da Alemanha, onde a nação precedeu o Estado, ou na França, onde a nação e o Estado se constituíram aproximadamente ao mesmo tempo, no Brasil, o Estado criou-se antes da nação, em 1822, ao passo que o processo formador da nação, no fundo, não se concluiu, como se demonstra a discussão em torno da cidadania (ZILLY, 1999, p. 5).

A abolição da escravidão e a proclamação da República fizeram com que a cisão entre o pobre e o rico, o negro juntamente com o mestiço e o índio, de um lado, e o branco do lado oposto e, principalmente, a divisão geográfica criada entre litoral e interior se acentuassem. Assim, o ideal de nação tornava-se mais distante e as diferenças tornaram-se mais evidentes. Surgiram na sociedade diferentes grupos de excluídos que buscavam condições de sobrevivência.

No interior baiano, a formação de Canudos deu-se por integrantes da população que, sem condições de assimilarem os valores culturais da capital do País e de outras cidades litorâneas – teoricamente desenvolvidas cuja economia encontrava-se estagnada, buscaram organizar-se socialmente de forma independente, o que gerou insatisfação e

insegurança das autoridades locais e posteriormente do governo federal. Estas viram, como forma de eliminar o atraso do País, eliminar aqueles que representavam o atraso. Assim, foi elaborado o plano de extinção de Canudos.

Euclides da Cunha talvez tenha aproveitado o episódio de Canudos para declarar que aquela não era a república que imaginava, que não apenas ele, mas outros intelectuais que tanto lutaram para sua implantação e a desejavam, não se faziam presentes naquele trágico incidente.

O jovem Euclides se desencantara com a República devido aos rumos tomados pelo novo sistema político, pois assistiu, logo no início, a um intenso regime de especulações, sendo a pátria, o seu desenvolvimento e a própria construção da brasilidade, o que menos importavam já desde o começo. O idealizador republicano logo desistiu de falar de política, assim também não ocultou o desapontamento com alguns nomes como Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Esse, quando assumiu a presidência do País após o golpe de Estado sobre Deodoro da Fonseca, manteve-se no poder com uma postura enérgica, combatendo a indisciplina e os levantes de forma autoritária, fato que contribuiu para a instabilidade social e a posterior suspensão dos direitos constitucionais, transformando o Brasil em um Estado sem lei. As mais diversas decisões foram tomadas sem levar em conta qualquer opinião pública. Segundo o próprio Euclides da Cunha, no partido de Floriano Peixoto, como uma agremiação sem qualquer compromisso com as questões sociais, “congregavam todos os medíocres ambiciosos que, por instinto natural de defesa, evitam as imposições severas de um meio social mais culto...” (EUCUIDES, 1998, p. 285). Quanto a Constant, conforme revelou o próprio autor ao seu pai em 1890, por carta¹², havia perdido sua auréola nomeando parentes e amigos para cargos políticos e distribuindo empregos públicos.

Euclides colheu desde antes desafetos de todos. Sempre primou pela retidão de caráter e sua formação militar indicou quem deveria servir quem e, quando se deparou com o cidadão sendo servido pelo Estado de forma indevida pelas diversas instituições, começou a entender o grande equívoco.

Os ressentimentos de Euclides da Cunha puderam nutrir os fatos selecionados por ele ao longo do intervalo de tempo que se passou entre a guerra de Canudos e a escrita d’ *Os Sertões*, resultando numa denúncia contra os espoliadores da República. No entanto,

¹² Correspondência citada por Roberto Ventura no texto *Euclides da Cunha e a República*, p. 280.

Euclides manteve-se fiel ao seu propósito juvenil: de lutar por uma república ideal que pudesse substituir um regime imperial coberto de chagas.

Euclides, durante a estruturação do seu libelo, muito provavelmente deva ter se ocupado de outras questões, pois tinha o pleno conhecimento da política de produção literária no país e soube esperar o momento para ingressar no mundo das letras. Nesse ínterim, arquitetou sua maior obra, fazendo apenas adaptações a um contexto que, diante de seus olhos, apareceu diferente daquilo que falavam e que ele próprio imaginava. A mudança do título dos artigos iniciais sobre Canudos publicados no jornal *O Estado de São Paulo* – “A Nossa Vendeia” – para *Os Sertões* representou nitidamente o que imaginou e o que presenciou.

Nosso engenheiro trabalhou arduamente para colocar sua ideia no papel. A forma como usou a nossa língua para escrever foi tarefa bastante penosa, devido à antiga e forte discussão sobre o uso da mesma nos diversos segmentos da sociedade letrada. Observamos que seu texto de imediato atende, à altura, aos dois lados dessa discussão.

A linguagem científica utilizada por ele teve vários motivos: a nova tendência literária surgida principalmente na Europa, a necessidade de produzir um texto que demonstrasse atualidade, um texto diferente, que apresentasse um assunto já conhecido pelos leitores e críticos e ainda pudesse mostrar o cientista que era ele. Todavia não podemos nos olvidar de como Euclides manejou a linguagem para produzir sua obra. O grandiloquo narrou o absurdo da guerra de maneira artística.

Euclides precisou, nos cinco anos entre o massacre de Canudos e o lançamento da obra, apenas mergulhar mais profundamente em algumas ciências das quais já possuía um bom conhecimento e adaptar a obra às exigências do mercado editorial da época.

A população do Rio de Janeiro, capital da nova República, era formada por uma grande quantidade de ex-escravos recém-alforriados, além de uma classe de trabalhadores livres já desde antes do 13 de maio, mas que não sabia ler e escrever. Esse ambiente mostrou que Euclides precisava formular uma escrita que tocasse os poucos leitores, além de ter de convencer eficazmente os críticos literários por serem eles membros dos grupos de escritores já consagrados daquele momento. O nosso escritor fizera contatos com outros dois grandes centros, São Paulo e Salvador, e pôde ter visto esses locais como consumidores de literatura e, para tal, precisou trabalhar também temas regionais.

A dificuldade no mercado livreiro era variada, ou seja, não era apenas o baixo consumo das obras o grande entrave, as dificuldades passavam pela falta de editoras no País, o tempo para envio do material para a Europa, principalmente Portugal e França, e ainda a dificuldade de se conseguir um contrato com uma das duas editoras existentes aqui no Brasil – Garnier e Laemmert – quando o escritor era desconhecido e não possuía fortuna para custear a publicação.

Além da denúncia que Euclides formulou contra o massacre de Canudos, outro fator de relevância foi a forma como ele apresentou a hinterlândia. O sertão antes fora divulgado como o campo, um espaço que se extinguiria com o avanço do progresso, local onde ainda se guardavam as tradições culturais, fonte capaz de despertar os sentimentos puros, onde se encontraria o homem em seu estado inicial de pureza. Na pena de Euclides, o sertão passou a representar a miséria, o deserto, a seca, a desumanização, a violência e o local dos bárbaros. Assim, é apresentado um Brasil desconhecido que a literatura ainda não havia conseguido mostrar aos brasileiros da costa.

Por fim, não podemos deixar de destacar que a formação militar foi preponderante na maneira como Euclides elaborou sua escrita. No entanto, podemos observar também o jornalista, o escritor e o engenheiro partilhando na construção dessa grande obra. Como sociólogo, seu trabalho, apesar do tempo decorrido, tem sido de grande relevância para as ciências sociais.

Ao tempo de sua publicação, a crítica literária recebeu a obra de maneira muito positiva. A chamada trindade da nova crítica de então, composta por Silvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, era oriunda do “Norte” e trabalhava o romance regionalista. Adeptos às novas teorias científicas, viram n’*Os Sertões* a intersecção entre a ciência e a arte literária e, como conhecedores das coisas do sertão, sabiam o que estavam lendo e analisando.

Veríssimo, em sua primeira crítica sobre a obra, enalteceu Euclides da Cunha, classificando-o como “um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo [...] um filósofo, um sociólogo, um historiador, um poeta, um romancista, um artista.” (ABREU, 1998, p. 211).

A perspectiva sociológica adotada por Euclides na época pode ter sido a que melhor permitiu a ele desempenhar o papel de denunciante, pois, à literatura cabia fazer a crítica

da sociedade para própria sociedade. Ele trouxe em seu texto os problemas sociais vividos pelo homem do norte, suas causas, as consequências da ação militar e a ineficiência do Estado em permitir a continuidade do grave problema social existente no interior do País, ou seja, não havia políticas públicas voltadas para as classes desfavorecidas.

Araípe Júnior destacou o argumento de autoridade utilizado para a produção e citou a forma como Euclides trabalhou o homem, o jagunço, com seu argumento cimentado na ciência, demonstrando a qualidade de pesquisador e a emoção daquele que viu, que presenciou os crimes cometidos contra os filhos do “Norte”.

Romero era mais voltado para a ciência e via nela um instrumento forte para formar um argumento de autoridade. Destacou na obra a exposição descritiva sobre o caráter da população do sertão, a revelação de um mundo distante e estranho para o restante do Brasil. Soube retratar a natureza física, a exatidão do relevo e os pormenores da flora, comparando sua pena a uma paleta, capaz de descrever imagens como se fosse um desenho, uma fotografia para o leitor. Caracterizou a obra ainda como uma maneira de se ensinar política, apresentando informações capazes de propiciar transformações econômicas não somente para a região como para o País.

A conjugação das diversas ciências na obra foi o ponto de maior destaque nas críticas elaboradas pela tríade. Já a partir dos anos 80 do século XIX, haviam sido publicados vários ensaios científicos sobre literatura. Certamente a crítica que buscava novidades nas letras tinha o exato conhecimento da tendência de junção entre a literatura e as ciências. A obra euclidiana trouxe também a razão e a emoção somadas ao épico e ao trágico.

O principal propósito deste trabalho foi demonstrar que toda engenhosidade utilizada por Euclides da Cunha para a criação de *Os Sertões* teve como objetivo maior fundamentar as acusações contra um Estado omissor, negligente, o qual praticou extrema violência sobre um grupo desassistido que necessitava, sobretudo, de educação para poder acompanhar o Brasil desenvolvido do litoral.

Seu libelo permitia que dele mesmo se pudessem tomar ensinamentos para a elaboração de soluções para os problemas existentes. Assim, Euclides assumiu a voz do grupo e intitula sua obra como um livro vingador, pois a atuação do Exército na batalha soou como um refluxo ao passado, sintetizando sua ação um crime.

Não nos detivemos na análise das 2 primeiras partes d'*Os Sertões*, aquelas em que Euclides primou pela objetividade da narração, porque suspeitamos que foi a sua subjetividade que o promoveu no mundo literário. Devemos levar em conta que outros literatos tentaram trazer o sertanejo – o pobre do Brasil, o pobre da Literatura – para a ficção, autores como Afonso Arinos e Manoel Benício, por exemplo, mas foi Euclides que melhor representou esse grupo. Sua objetividade revelou o Brasil geográfica, histórica, geológica e sociologicamente para aqueles que “arranhavam o litoral”, mas somente sua subjetividade, demonstrada através da indignação, deu conta de mostrar esses brasis diferentes que temos até hoje, como forma de denúncia das desigualdades sociais.

Como cientista, Euclides se valeu das teorias de Taine, Gumplowicz, Spencer, Martius dentre outros, mas foi em toda sua obra, aqui reportada, escritor e poeta, sua pena literária percorreu todo o texto, tendo maior amplidão quando ele trocava de posição, passando de cientista para narrador. A partir daí, temos a estimável obra literária, consagrada por diversos intelectuais como a bíblia da nacionalidade brasileira.

Euclides teve como meta maior narrar os fatos, mas não poderia se furtar da descrição dos mesmos, amparado pelos conhecimentos científicistas adquiridos durante sua formação militar e alguns deles aperfeiçoados para elaboração d'*Os Sertões*. Sua essência literária sobressaiu por todo o texto. O marco divisor da sua posição dentro da obra, inicialmente como representante das doutrinas evolucionistas, cuja função era descrever – função também anteriormente exercida como repórter durante a guerra, aplicando suas ferramentas doutrinárias e, posteriormente, como narrador, permitiu que ele deixasse mais nitidamente a sua marca de poeta e escritor que o qualificou para o mundo literário.

A significativa mudança de postura do autor pode representar a interferência sofrida pelo mesmo após presenciar o genocídio ocorrido no sertão baiano. Sua imparcialidade como repórter e cientista cedeu espaço para emoção, logo para o escritor, possibilitando compensar possíveis falhas do cientista que trabalhou com teorias ainda não totalmente consolidadas naquele momento. Assim, “[...] para redimir os erros de técnica, havia em Euclides da Cunha o poeta, o profeta, o artista cheio de intuições geniais [...]” (FREIRE, *apud* RABELO, 1948, p. 251). Ricardo Oiticica, na Nota Introdutória da edição¹³ d'*Os*

¹³ Distribuída pela Fundação da Biblioteca Nacional – Ministério da Cultura, 1998.

Sertões, afirma: “A única vitória do combate é a do literato sobre o cientista, quando este sucumbe à constatação do genocídio do sertanejo em nome do progresso [...] e deixa falar o escritor”.

As nossas primeiras narrativas literárias muito se basearam em ocorrências, logo uma das grandes características dos nossos textos literários era serem considerados, em sua maioria, romances históricos.

Outro ponto trabalhado no nosso texto é a questão do romance histórico, colocando a obra trabalhada em discussão de ele ser ou não um romance histórico. Após leitura deste texto, podemos concluir que existe grande possibilidade de *Os Sertões* tratar-se de um romance histórico. O ocorrido em Canudos é um fato histórico e como já mencionado, a historiografia é constituída após o poder dominante autorizar o que pode ou não ser tornado público. Euclides trabalhou a historiografia e formulou seu texto de forma literária.

A grande questão de um romance ser ou não histórico, mesmo que trabalhe um fato comprovadamente verdadeiro, é formulada em relação, dentre outros fatores, ao tempo da ocorrência do fato, ser anterior ao tempo de vida do narrador; ou o narrador não ter participado do evento histórico, mesmo que tenha sido no período de sua existência; mas há estudiosos que dizem que, passados cinco anos, por exemplo, esse tempo já é considerado passado, logo o ocorrido naquele momento é sim um fato histórico e, sendo ele trabalhado em um texto, o romance pode ser histórico. Foi justamente por essas questões que pedimos a você que nos leu que afirmasse ser ou não *Os Sertões* um romance histórico.

Ao formular sua denúncia, Euclides afirmou: “Não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa: é, infelizmente, de ataque” (1998, p. 596). Contudo, como percebemos no decorrer da leitura de *Os Sertões*, seu “ataque” contra os horrores de uma guerra ocorrida no nosso solo entre os filhos desta terra resultou numa defesa que a obra exerceu em prol do sertanejo.

Se as laudas historiográficas não trouxeram a verdade dos fatos referentes ao ocorrido em Canudos, com *Os Sertões*, Euclides levou os representantes da República e militares do Exército Brasileiro “[...] para sentarem-se no banco dos réus da História” (ZILLY, 1999, p. 38), ingressando, simultaneamente, nesse mesmo tribunal.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Funarte: Rocco. Rio de Janeiro, 1998.

ARAÚJO, Joana Luiza Muy Laert. Euclides da Cunha: Literatura e História. *IPOTESI: Revista de estudos literários*, Juiz de Fora, v 2, nº 2, p. 61-7, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, Magia e técnica, arte e política*, v. I, trad.: S.P. Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, A. *Literatura e Resistência*. Companhia das Letras. SÃO PAULO, 2002.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. Ed Cultrix. São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Antônio Adelino Marques da Silva. *Canudos: a sociologia d'Os Sertões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

BRITO JUNIOR, Bajonas Teixeira de. Os Sertões e a fundação do pensamento crítico brasileiro no século XX. Disponível em: www.rchunitau.com.br. Acesso em: 20 de abril de 2012.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queirós, 2000; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. Uma literatura empenhada. In: *Formação da literatura brasileira*, v. I, 7. ed., Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1993.

CARDOSO, João Batista. História na ficção ou história e historicidade. *Revista Estudos e pesquisas*, v. 10-11. Catalão, 2007.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário de uma república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e Literatura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRS, 1991.

CHEVALIER, Jean e Alain Gheerbrant. *Dicionário de Símbolos*. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil. Era realista. Era de transição*. v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio; Editora UFF, 1986.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

_____. *Obra completa (2 volumes)*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

DENIS, Benoit. *Literatura e Engajamento: de Pascal a Sartre*. São Carlos: Editora EDUSC, 2002.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e Crítica Literária*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 1997.

FERNANDES, Rinaldo. *O Clarim e a Oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FORTES, Herbert Parentes. *Euclides o estilizador de nossa história*. São Paulo: GRD, 1990.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JAMESON, Fredric. *O romance histórico ainda é possível?* Novos estudos CEBRAP. São Paulo, nº 77, p. 185-203, março de 2007.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: Massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro*. Trad.: Mônica Dantas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LIMA, Luis Costa. *Euclides da Cunha: Contrastes e Confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

LUKÁCS, Giorgy. *O Romance Histórico*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira I*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MORGADO, Maria Aparecida. *A lei contra a justiça: um mal estar na cultura brasileira*. Brasília: Plano Editora, 2001.

NICOLAZZI, Fernando. O Narrador e o Viajante: notas sobre retórica do olhar em Os Sertões. Mariana: *Revista História da Historiografia*, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um país profundo. *Revista Brasileira de História*, v. 22, número 44, p. 511–37, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 20 de março de 2014.

PIMENTEL, Telmo de Maia. A estreita relação que há entre a história e a literatura – considerações sobre o romance histórico “Os Sertões”. *Revista interdisciplinar UNIVAR*, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

RABELO, Silvio. *Euclides da Cunha: coleção de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1948.

REZENDE, Maria José de. Os Sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. *Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. *Considerações sobre Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa, suas biografias e as idéias políticas no Brasil na passagem à modernidade*. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/>. Acesso em 20 de junho de 2014.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 4. ed. Tomo quinto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

SALGADO, Gisele Mascarelli. *Discussões legislativas do Código Civil de 1916: Uma revisão historiográfica*. Disponível em: www.ambitojuridico.com.br/. Acesso em: 20 de junho de 2014.

SANTOS, Donizeth. *A controversa questão do distanciamento temporal na conceituação do romance histórico e em suas versões contemporâneas*. Curitiba: ABRALIC, 2011.

SANTOS, Pedro Brum. Literatura e intervenção: o romance histórico no Brasil. *Revista FLOEMA*, ano VII, nº 9, p. 283-303, Jan/Jun 2011.

SARTRE, Jean P. *Que é Literatura?*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

SÉRGIO, Antônio. Breve Panorama do Romance Histórico Brasileiro. Disponível em: www.semar.edu.br/revista/dowlods/edicao3/artigoantoniosergio.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2014.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. 4. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. Revisão em Euclides da Cunha. *Revista do Livro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, p. 183-219, 1959.

SOUZA, Natália Peixoto Bravo de; GALVÃO, Gastão. O estigma de uma obra: a trajetória de Euclides da Cunha e suas representações sob o ponto de vista do positivismo e evolucionismo. *Revista da SBHC*, v. V, número 2, p. 173–84, jul/dez 2007.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges; CARNEIRO, Gisele Cristina. *Literatura engajada: realidade ou ilusão?* Disponível em: www.pdfactory.com. Acesso em: 26 de setembro de 2014.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. I, nº 2, p. 239-63, 1998.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. *Estudos Avançados* 10 (26), 1996. Texto apresentado pelo autor no Seminário da Área de História Cultural, realizado em 29 de abril de 1994, no IEA – USP.

ZILLY, Bertold. A guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja. Literatura e História na América Latina. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. Anais do seminário internacional, 9 a 13 de setembro de 1991.

_____. Sertão e nacionalidade: formação étnica do Brasil segundo Euclides da Cunha. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.